



O Ideário
Patrimonial
O идеарио

Nº 20

Dezembro de
2024

Arte rupestre pós-paleolítica

Educação Patrimonial



www.cta.ipt.pt

N. 20 // dezembro 2024 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias
Quinta do Contador | Estrada da Serra | 2300-313 Tomar

DIRETOR/EDITOR

Doutor Fernando Augusto Coimbra, Instituto Terra e Memória/ Instituto Politécnico de Tomar

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRETORES-ADJUNTOS

Professor Doutor José d'Encarnação, Universidade de Coimbra
Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professor Especialista Fernando Sanchez Salvador, Instituto Politécnico de Tomar

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo Silveira, Professor Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa.
Ana Paula Avelar, Professora Doutora, Universidade Aberta
André Luís R. Soares, Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
Dragos Gheorghiu, Professor Doutor, Universidade de Bucareste, Roménia
Luiz M. Oosterbeek, Professor Doutor e Coordenador, Instituto Politécnico de Tomar
Regina Delfino, Professora Doutora, Instituto Politécnico de Tomar
Ziva Domingos, Professor Doutor, Universidade Agostinho Neto, Angola.

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

REGISTADA NA ERC nº 127733 | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores. Todos os artigos foram alvo de revisão por pares.



Índice

Editorial	2
------------------------	---

Artigos

Rocce incise in aree sacre? le tracce nel Savonese Carmelo Prestipino	4
Découverte de gravures rupestres dans la municipalité d’Olhão (Faro, Portugal): notice préliminaire Alessandra Bravin e Fernando Coimbra	29
Educação patrimonial em Alburitel: resultados de uma atividade aplicada à comunidade sénior local Alexandra Figueiredo e Seara Rei	51
Igreja do Senhor Salvador do Mundo: preservação, valorização e (re)integração na comunidade Carolina S. Pereira e Paula Cassiano	72

Recensão

Himalayan dialogue: Tibetan lamas and Gurung shamans in Nepal Rufus Malim	90
---	----



EDITORIAL

Com a edição de este volume de *O Ideário Patrimonial* atingem-se 20 números publicados desta revista *online* sobre Património, desde a sua fundação em dezembro de 2013. Desta vez apresentam-se quatro artigos, sendo dois sobre arte rupestre pós-paleolítica, com exemplos de Portugal e de Itália, e dois sobre educação patrimonial e sequente preservação do património.

O primeiro texto, escrito em italiano, intitula-se *Rocce incise in aree sacre? Le tracce nel Savonese*. Apresenta algumas rochas gravadas da província de Savona (Ligúria), nas regiões de Val Bormida e do Monte Beigua, sendo da autoria de Carmelo Prestipino, que estabelece uma relação entre gravuras rupestres, enterramentos pré-históricos e casos de oferendas de armamento de bronze, depositado em cursos de água da área estudada. O artigo defende ainda que algumas marcas de afiar machados metálicos, existentes em algumas rochas da região, poderão ter sido alvo de sacralização, dado que por vezes têm gravuras rupestres associadas.

Segue-se *Découverte de gravures rupestres dans la municipalité d’Olhão (Faro, Portugal): notice préliminaire*, por Alessandra Bravin e Fernando Coimbra, onde se dá a conhecer a descoberta de dois complexos de gravuras efetuadas por incisão em calcário, suporte até então desconhecido em contexto de arte rupestre ao ar livre. Constituem os conjuntos de gravuras com aquela tipologia situadas mais a sul no território hoje português, apresentando, algumas figuras, paralelos em lajes de xisto reutilizadas no Monumento 1 e no Monumento 7 de Aclar. Trata-se de um achado importante, que já foi dado a conhecer à tutela, sendo pertinente divulgá-lo quanto antes entre a comunidade científica, de modo a se proceder à salvaguarda e proteção destes vestígios de arte rupestre.

O terceiro artigo, escrito por Alexandra Figueiredo e Seara Rei, fala-nos de atividades de educação patrimonial realizadas junto da comunidade sénior da Freguesia de Alburitel, no Concelho de Ourém, com o objetivo de divulgação e salvaguarda do património arqueológico local. Entre as diversas iniciativas, uma focou-se na organização de um workshop em colaboração com o Centro de Dia da Associação Cultural e Recreativa de Alburitel (ACRA) e a Junta de Freguesia. Tratou-se de um evento destinado a abordar os temas do património e da arqueologia, destacando a importância de salvaguardar os vestígios do passado, marcas da memória coletiva da comunidade. As autoras concluem que se verificou um aumento significativo no que diz respeito ao conhecimento dos participantes sobre a importância da preservação do património.

Carolina Subtil Pereira e Paula Cassiano trazem-nos o tema intitulado *Igreja do Senhor Salvador do Mundo: preservação, valorização e (re)integração na comunidade*. Trata-se de um texto sobre a «Igreja Velha» de Almoester, no Concelho de Alvaiázere, que foi parte integrante e importante da vida da comunidade até à década de setenta do século passado. O artigo revela como a construção de uma nova igreja na paróquia e a venda da antiga a particulares contribuíram para o abandono desta, ditando a sua

deterioração. As autoras apresentam o modo como um projeto financiado com fundos europeus possibilitou a recuperação da Igreja do Senhor Salvador do Mundo e a sua reintegração na comunidade, constituindo um bom exemplo, a nível local e regional, da preservação e valorização do património e da sua relevância em termos de educação patrimonial.

Tal como no número anterior da revista, o presente volume encerra com uma recensão, mais uma vez pelo antropólogo britânico Rufus Malim, que desta vez analisa a obra intitulada *Himalayan dialogue: Tibetan lamas and Gurung shamans in Nepal*, da autoria de Stan Royal Mumford, publicada em 1989 pela Universidade de Wisconsin.

Dezembro de 2024

Fernando Augusto Coimbra

Diretor

ROCCE INCISE IN AREE SACRE? LE TRACCE NEL SAVONESE

ENGRAVED ROCKS IN SACRED AREAS? THE TRACES IN THE SAVONESE AREA

Carmelo Prestipino

Istituto Internazionale di Studi Liguri

c.prestipino@virgilio.it

Riassunto

Lo spartiacque montano che cinge la Liguria costiera è stato, per millenni, il corridoio di transito tra la pianura interna ed il mare Mediterraneo.

La presenza di rocce incise nei territori del Savonese, in particolare nel Finalese, in val Bormida e sul massiccio del monte Beigua è significativa.

Nei siti della val Bormida e del Beigua l'associazione tra il segno inciso e l'evidenza archeologica permette di sostenere l'ipotesi di aree finalizzate alla sacralità.

In valle Bormida appaiono segni che evidenziano aree sacre, mentre nel contesto del Beigua sono presenti segni di matrice preistorica, talvolta usati come luoghi di raduno dei pastori delle valli interne.

Alcune rocce sembrano conservare tracce della cultura dei Vasi a Bocca Quadrata (VBQ) ed in altri casi il segno a polissoir pare generato dall'affilatura di lame litiche, ma su alcune rocce della valle Stura avrebbe anche un ruolo sacrale.

Vi sono inoltre dei paralleli con l'iconografia diffusa sulle rocce dell'arco alpino ed europeo, offrendo spunti di riflessione sulle connessioni tra questi territori.

Parole chiave: polissoir, pastori, sacralità

Abstract

The mountain watershed surrounding coastal Liguria has been, for millennia, the transit corridor between the inland plain and the Mediterranean sea. The presence of engraved rocks in the Savona area, particularly in the Finale area, in the Bormida valley, and on the Beigua mountain massif is quite significant. In the sites of the Bormida and Beigua valleys, the association between the engraved sign and the archaeological evidence allow us to support the hypothesis of areas aimed at sacredness. In the Bormida valley, signs appear highlighting sacred areas, while in the Beigua context there are signs of prehistoric matrix, sometimes used as gathering places for the shepherds of the inner valleys.

Some rocks seem to preserve traces of the Vasi a Bocca Quadrata culture and, in other cases, the polissoir signs appear to be generated by the sharpening of lithic blades, but on some rocks in the Stura valley it would also have a sacral role. There are also parallels with widespread iconography on rocks in the Alpine and European arc, offering insights into the connections between these territories.

Key-words: polisher, shepherds, sacredness.

L'orografia dell'entroterra Savonese

La Liguria si presenta come una lunga striscia di terra in riva al mare chiusa verso l'interno da una lunga catena montuosa che ne limita gli spazi costieri, e fa da spartiacque tra il versante marittimo e quello interno; nell'area del Savonese questo spartiacque separa il mare dall'area pianeggiante del basso Piemonte con un largo "corridoio" di rilievi montuosi scavati dalle tre Bormide verso ponente e dai torrenti Erro ed Orba a levante. Questi territori interni sono caratterizzati da una morfologia particolarmente accidentata, con valli strette e profonde, cime di modesta altitudine (tra i 1385 m. slm del Settepani ed i 5/600 m. slm delle colline di Biestro) ma di forte acclività, ricche di acque e con una notevole boscosità; territori vocati alla pastorizia ed a una magra agricoltura di sussistenza.

I collegamenti tra il mare e l'entroterra si sviluppavano su un buon numero di valichi montani che permettevano la circolazione di uomini ed idee tra la costa e l'entroterra; situazione che perdurò per tutto l'arco temporale a noi noto - dall'antichità ai tempi moderni - favorendo il diffondersi di idee e culture differenti, che lasciarono le loro tracce nella cultura locale.

Sul valico di Cadibona (detto anche Bocchetta di Altare) termina l'arco delle Alpi Marittime, ed a levante dello stesso si estende il massiccio del Beigua, ormai appenninico, che è caratterizzato da un crinale allungato in direzione E-O, che si eleva oltre i 1000 metri per un tratto di oltre 18 km con cime allineate sullo spartiacque e poco pronunciate, mentre i rilievi, anche importanti altimetricamente, si trovano intercalati dai profondi valloni dei rii generando crinali interni secondari. Le formazioni rocciose sono ascrivibili all'"Unità di Voltri", caratterizzata da rocce ofiolitiche, tra cui dominano le serpentiniti, più o meno scistose (dette anche "pietre verdi" per il loro colore) con aspetti mineralogici che evidenziano tracce aurifere, di ilmenite, magnetite, granati, zircone, rutilo e asbesto (Pipino, 2000). In tempi recenti sono stati effettuati sondaggi per la presenza di titanio.

Alcuni luoghi, per la presenza di questi minerali, sono particolarmente conosciuti per la loro attrazione dei fulmini, come il "monte Greppino" sopra Alpicella (SV), o la "Rocca del Trùn" (Rocca del tuono, sinonimo di "fulmine" nel dialetto locale) a Sassello (SV).

Anche questo sistema montuoso fu, per millenni, tramite e legame tra le popolazioni delle valli interne e quelle della costa, benché la sua morfologia accidentata ne abbia limitato molto questa funzione di percorrenza.

La presenza di siti interessati all'arte rupestre è segnalata nell'area del Finalese dove è

stata ampiamente documentata in passato; nell'area valbormidese la scoperta di rocce incise risale solo agli inizi degli anni Ottanta (Oliveri, 1981: 195; Prestipino, 1982: 106; Prestipino, 1982a: 15-58; Prestipino, 1985: 230-245; Bertuzzo, et al. 1998).

Nell'area valbormidese le rocce incise si collocano prevalentemente nei territori dei comuni di Carcare, Cosseria, Millesimo, Roccavignale, Pallare e Plodio (SV), confinanti tra loro e caratterizzati dalla presenza di colline di modesta altitudine (m. 500/700 slm) con forti acclività e con prevalenza di rocce sedimentarie oligoceniche e carsiche in cui i rii affluenti delle tre Bormide hanno scavato solchi profondi.

Nell'area di Millesimo abbiamo la presenza dell'Età del Bronzo Medio nel sito del "*bric Tana*" (Del Lucchese et al., 1998: 61-68) e sulle cime del "*bric San Bernardo*" e del "*bric Langa*" (Del Lucchese et al., 2023: 329-344), con una presenza di megalitismo con i menhir del "*bric Tana*" e di un dolmen a Roccavignale. Questi megaliti si trovano a ridosso del sito dell'età del Bronzo medio del "*bric Tana*" e potrebbero essere visti come segni di culto di questo insediamento (Prestipino, 2006: 794).

Nei territori dei comuni sopraccitati abbiamo importanti tracce di rocce incise, come il "*masso – altare*" del "*valico della Colla di Plodio*", masso isolato che evidenzia, nelle tecniche usate per inciderlo, più interventi nel tempo: da una serie di coppelle di possibile età pre-protostorica, sino alle croci di età moderna, segni di probabile "*cristianizzazione*", di un masso ritenuto pagano (Bertuzzo et al., 1998: 131 - 145).

Il territorio valbormidese conserva anche alcuni segni isolati che hanno influenzato la microtoponomastica, perchè ben noti alle comunità locali che attribuirono loro caratteri leggendari, come la "*Zampa dell'uomo selvatico*" (Biestro, SV), coppella vagamente pediforme incisa su un lastrone posto alla sommità di un crinale, che fu attribuita a questo mitico abitatore del bosco, la "*Zampe del diavolo*" di Massimino (SV), coppelle isolate su un valico su cui il diavolo avrebbe transitato, ed infine la coppella del "*Bric del Murtè*" (monte del mortaio, utensile da cucina con incavo simile alla coppella), di Osiglia (SV) (Prestipino, 2006: 798), che qui non approfondiremo per esigenze di spazio.

L'area di maggior concentrazione di rocce incise si trova a Biestro (frazione di Pallare, SV), crocevia della viabilità sino all'età medievale presso il quale si trova una roccia incisa a croci e cerchi modificati in cruciformi, posta sul ciglio della carraia (Prestipino, 1982: 106), la sua interpretazione è ardua: potrebbe trattarsi di un masso inciso "*cristianizzato*", ma è possibile che i segni cruciformi siano riferibili al confine tra le comunità di Biestro e di Cosseria.

Da questo masso si diparte un crinale ripido e scosceso discendente verso N/E interessato da altre due rocce, l'una posta a metà crinale recante un segno scaliforme veristico di 23 scalini ascendente sulla superficie inclinata, e l'altra incisa all'estremità del crinale stesso sulla piattaforma sommitale del torrione naturale della "*Rocca del Castellazzo*", raffigurante una figura antropomorfa femminile in atteggiamento dinamico, con le braccia alzate, in posizione frontale, con seni ben riconoscibili. Questa scena è stata interpretata come scena di danza (Bertuzzo, Prestipino, Simonassi, 1998: 191 - 194); la datazione è difficile, se non affidandoci all'iconografia del segno, elemento alquanto labile. Il versante O del crinale ospita un grande riparo sotto roccia, che ha restituito un frammento ceramico non databile, mentre nella parete frontale del torrione del Castellazzo si apre una piccola grotta naturale il cui imbocco è sistemato con pietre, che evidenziano un utilizzo dell'uomo di un luogo di difficile accesso. Entrambe le cavità

sono tuttora inesplorate archeologicamente.

Ai piedi della parete del torrione naturale, su una superficie piatta della roccia, sgorga una piccola sorgente che si raccoglie in una vaschetta rettangolare (cm. 22 x cm. 14, prof. cm. 3) con un lungo canalino di scorrimento dell'acqua (cm. 80 c/a); il tutto non poteva avere uso pratico, anche perchè a ridosso del Castellazzo sgorga una grossa sorgente oggi captata per l'acquedotto di Biestro, che sarebbe stata privilegiata per un utilizzo pratico (Prestipino, 1982a: 53).

Antistante il crinale della "Rocca del Castellazzo" si erge la cima del "bric Gazzaro" (detto anche "bric Monmartino", m. 670 slm), che pare sede di un "santuario" di età preistorica, poiché reca, sul costone sommitale, una grande piattaforma di arenaria oligocenica incisa, a percussione di punta metallica, con un pediforme, un cerchio, un modulo di coppelle ed alcune croci poste sulla parte frontale del masso (Prestipino, 2011: 115-130) Pochi passi più in alto compare, isolato, un cerchio con coppellina centrale.

Il simbolo pediforme è ampiamente presente nell'arte rupestre camuna (Sansoni e Gavaldo, 2009: 299-304) e sul monte Bego (De Lumley, 1996: 283), nonché in molti altri contesti, per cui, in assenza di riscontri archeologici, non è possibile definirne una plausibile datazione.

Proseguendo sul crinale, sulla sommità di un affioramento di arenarie oligoceniche a c/a 30 m. più oltre il pediforme, è stata collocata una piattaforma coppellata molto erosa ma su cui è ancora ben riconoscibile una vaschetta rettangolare; tre metri sotto la cima, è stata collocata una piattaforma di arenaria (larga m. 2,10, lunga m. 2,81 con spessore medio di m. 0,80 circa, del peso stimato di 90 quintali) posta a sbalzo sulla valle, col basamento inzeppato con un grosso ciottolo per stabilizzarne l'equilibrio. L'area antistante questo rudimentale altare è delimitata da alcune buche da palo ricavate sul banco roccioso (Prestipino, 2011: 122).

Questo complesso rappresenta sicuramente il luogo di culto e lo spazio sacro di un insediamento dell'area biestrese che, pur con scarsi elementi idonei ad una sua datazione, potremmo collocare verso l'età del Ferro, anche in considerazione della sua prossimità col sito del "rio Cavallera" che osserveremo ora.

Dalle ripide pendici del "bric Gazzaro" sgorgano numerose sorgenti che hanno prodotto profondi valloni scavati dal "rio Cavallera", che nasce in un ampio anfiteatro chiuso sul versante S/E dal "bric Vigei" (m.513 slm) colonizzato nel secolo XVIII dalla cascina di "ca di Perticate" e scorre con un regime idrico perenne, alimentato stagionalmente da piccoli rii minori che, in presenza di piogge abbondanti, assumono una forte portata idrica tale da scavarne ulteriormente il letto.

Il rio è costeggiato da un'antica carraia che si sovrappose ad un antico percorso di mulattiera che saliva dalla valle ai bassi valichi delle colline di Biestro, passando ai piedi del "bric Gazzaro".

In questo contesto, fortemente antropizzato nel corso dei secoli con la piantumazione del castagno verso il sec. XVII sono localizzate, sul versante soleggiato ad E dell'asta del rio, alcune rocce incise, datate, presumibilmente, all'età del Ferro (Prestipino, 2008: 283) ed associate a tracce archeologiche significative, che portarono all'ipotesi di un'area sacra o di culto pre-protostorico (Piroto e Prestipino, 2021: 175).

L'ingresso all'area pare segnalato, risalendo dal fondovalle, da una vaschetta rettangolare isolata e poco profonda, (cm. 23 per cm.15, profonda cm.2), incisa su una piattaforma naturale aggettante sulla carraia che risale il rio; a c/a m. 150 più avanti, sul ripido pendio rivolto a S/E, si trova una sequenza di massi incisi allineati lungo una linea discendente da una quota di c/a m. 30 sino al letto del rio, che inizia con una piattaforma collocata a mò di balcone sulla sommità del pendio, recante una figura di orante che occupa buona parte della superficie.

Dieci metri più in basso, troviamo tre massi affiancati su un piccolo pianoro artificiale formato da alcuni massi a contenere il terreno frontale a questa rudimentale costruzione; sul masso centrale, oggi stretto tra le radici di un albero, troviamo incisa una scena recante un cerchio, un modulo di coppelle, una figura forse incompleta ed un antropomorfo a braccia levate armato di spada; la tecnica di incisione, a martellina metallica indiretta, è uniforme per tutti i segni presenti (Fig. 1).

L'armato impugna una spada ed è in posizione frontale con entrambe le braccia levate in atto minaccioso, sopra di lui vi è il cerchio (rappresentante il sole?); ai suoi lati sono collocati i due massi minori: su quello di destra è incisa una coppella inserita al centro di una superficie circolare fittamente lavorata a martellina, ipoteticamente interpretabile come un'aureola (forse la rappresentazione di una eclisse?). Sullo stesso masso si trovano, incisi a graffio lineare, un segno cruciforme ed un tratto lineare intersecato da quattro tratti brevi.

Carcare, Rio Cavallera: Roccia dell'armato

Sul masso di sinistra sono incise due coppelle in sequenza e una piccola vaschetta rettangolare.

Una composizione analoga appare sul "*bric Langa*", su un masso di arenaria collocato a ridosso di un sito interessato da tombe ad incinerazione ancora allo studio (Prestipino e Del Lucchese, 2013: 128).

E' evidente un lavoro di sistemazione dei due massi laterali sul piano, a completare un quadro dove la scena centrale assume un significato rilevante.

Scendendo oltre questo complesso di rocce, aggettante sul letto del rio troviamo un grande masso a forma trapezoidale, recante una composizione oculiforme con due coppelle del diametro di c/a cm. 8, incise sulla superficie inclinata; una terza coppella - di cm. 10 di diametro e completata da un breve canaletto aggettante sull'esterno - è presente sul lato E del masso.

Due metri più a valle un altro masso, giacente sul bordo del rio, reca una lunga scanalatura, certamente artificiale e poco profonda, allineata in direzione N/S, spezzata da una solitaria coppella (Prestipino, 2011: 140).

Lasciando questo sito e risalendo il rio per c/a m. 100 si incontra un roccione su cui è inciso, sulla parete verticale volta ad E, un antropomorfo armato di alabarda raffigurato in atto aggressivo verso una figura a forma lunata, forse una capanna. Associati a questa figura vi sono altri due antropomorfi con le braccia levate che richiamano la figura

dell'orante, un'altra forma lunata si trova alle spalle dell'antropomorfo armato (Fig. 2).



Fig.1 – Carcare, Rio Cavallera: roccia dell'armato. Foto potenziata digitalmente



Fig.2 - Rocca dell'alabarda (rilievo grafico da Ida Mailland & Davide Delfino)

Roccia dell'alabarda

Su tutta la scena domina un cerchio analogo a quello del sito precedente; sulla superficie superiore compaiono alcuni segni cruciformi, sicuramente estranei alla tipologia di croce cristiana.

Cinque metri più a monte, su una superficie inclinata, è collocato una roccia calcarea a forma parallelepipedica dall'altezza di c/a cm. 110, per una larghezza di cm. 90 circa ed una profondità di cm. 60 c/a, sul cui piano si nota un lavoro di martellina metallica che trasformò un incavo naturale della superficie in una rudimentale vaschetta, idonea come raccoglitore di offerte, probabilmente liquide, e quindi con una funzione di masso-altare. Le due rappresentazioni complesse, raffiguranti figure di armati potrebbero rappresentare la narrazione di eventi vissuti dal nucleo umano che le incise, oppure la memoria di gesta di guerrieri che meritavano questo tributo.

Comunque, l'intero complesso di segni incisi caratterizzerebbe già l'area come il possibile "santuario" di una tribù insediata nel sito circostante, in un periodo probabilmente databile all'età del Ferro, caratterizzata da una attitudine guerriera, evocata dai segni incisi sulle rocce.

A convalidare ulteriormente questa ipotesi sono stati rinvenuti, cento metri più a valle sul ripido versante O del rio Cavallera e nell'alveo di un rio minore affluente dello stesso, alcuni reperti in ferro in buono stato di conservazione: un elmo schiacciato unito ad una punta di lancia piegata (Dellucchese e Prestipino, 2013: 129-130), una spada piegata intenzionalmente (Del Lucchese et al., 2015: 158) (Fig.3), mentre nei terreni sconvolti dal lavoro di esbosco sono emersi un coltellone piegato che conserva ancora il codolo di immanicatura ed uno dei chiodini di fissaggio, una cuspide di lancia in ferro piegata in tre segmenti ed infine una cuspide di arma da lancio non defunzionalizzata, lunga cm. 20 con innesto a cannone troncoconico (Del Lucchese, et al., 2023: 338).



Fig.3 - Spada piegata intenzionalmente

Spada piegata intenzionalmente

Circa 30 m. più in alto dal punto di rinvenimento della spada e sullo stesso ripido versante, una pietra infissa nel terreno era posta come segnacolo di una sepoltura a incinerazione contenente numerose fusaiole ed un gancio da cintura in bronzo intenzionalmente spezzato, databile alla seconda età del Ferro e riferibile ai ganci traforati di tipo laténiano diffusi sia oltralpe che nell'Italia settentrionale, presenti in contesti che possono datarsi fino alla metà del IV secolo a.C. (Bondini, 2010: 5, fig. 6; Frey, 1991: 144).

La presenza di tre fibule con molla a cerniera, diffuse in età augusteo-tiberiana (Feugère, 1985: 180) dimostrava che la tomba era stata intaccata da una seconda deposizione più recente (Del Lucchese, et al. 2023: 348).

Pochi metri più in basso sul piano di un masso erratico isolato è presente un incavo circolare funzionale alla macinazione di sostanze coloranti o polveri.

La collocazione di elmi nei fiumi come ex voto era tipica del mondo ligure dell'Italia nord-occidentale nell'età del Ferro (Gambari e Venturino, 2000: 33), la tipologia delle armi ripiegate trova confronti nell'ambito ligure in contesti datati tra la fine del sec. VI e la metà del sec. V a.C. (Paltrinieri, 2004: 262; Bulgarelli, 2014: 147) mentre un successivo studio colloca la spada tra la fine del sec. VI e la metà del sec. V a.C. (Graells i Fabregat, et al., 2019: 7).

E' impossibile stabilire se i reperti trovati fuori contesto fossero parte di corredi di tombe a incinerazione, analoghe a quelle rinvenute in contesto ligure apuano e datate tra il III ed il IV sec. a.C., dove i corredi presentavano una spada, un coltellaccio ed una punta di lancia piegate intenzionalmente (Malnati, 2004: 162). Quindi resta il dubbio che si tratti di sepolture demolite dalle piene del rio minore o dai mezzi di esbosco poi trascinate a valle, oppure se esse fossero deposizioni intenzionali nel luogo del loro ritrovamento.

Non abbiamo elementi, inoltre, per identificare i materiali che furono macinati sulla roccia (forse carboni, oppure ocre?). Completerebbe il quadro il rinvenimento casuale sul crinale di "cà Perticate" di cinque ciottoli lavorati (Fig. 4) che erano deposti nel raggio di due metri attorno ad un grosso ciottolone ofiolitico. L'iconografia incisa su questi ciottoli ha dei paralleli nelle raffigurazioni di cerchi con croci del monte Bego (De Lumley, 1996: 250) e con altri siti in Europa in una situazione purtroppo gravemente danneggiata dai mezzi di esbosco prima che si potesse procedere a ricerche più approfondite, introducendo nuovi elementi alla ricostruzione.

Ciottoli incisi

Comunque appare evidente che il complesso di rocce incise del rio Cavallera sia strettamente connesso con le deposizioni di armi e di sepolture del versante opposto, connotando l'area come un vasto spazio sacrale per una comunità guerriera, vissuta nel luogo dall'età del Ferro sino all'età augustea, che vide in questo vallone lo spazio di culto e sepoltura dei suoi defunti.



Fig.4 - Ciottoli incisi del Rio Cavallera

L'areale del massiccio del Beigua

Il monte Beigua, cima principale del massiccio, ebbe certamente il ruolo di montagna sacra, poiché fu rinvenuto, sulla sommità, un idoletto in arenaria raffigurante un caprone, presumibile rappresentazione del dio "*Begu*" in sito (Garea, 1957: 15).

Nel massiccio del Beigua la preistoria è documentata ad Alpicella in un riparo sotto roccia (riparo di Finestrelle) con importanti tracce di cultura dei VBQ, dell'Età del Bronzo medio e finale (Martino, 1991: 13), mentre sul Faiallo, sul Beigua e ad Alpicella furono segnalate possibili stazioni litiche non meglio definite (Perrando, 1873: 417; Issel, 1908: 56). L'area conserva inoltre una singolare struttura, sul "*bric Priafai*" (Varazze – SV), definita "*strada megalitica*" per alcuni elementi ritenuti di tipologia halstattiana (Priuli e Pucci 1994: 143) ed un isolato menhir a Sassello in una zona di rocce incise (Prestipino, 2015: 95) mentre una traccia labile di insediamenti dell'età del Bronzo è emersa in date recenti a Sassello (Del Lucchese, et al., 2023: 342).

Le prime rocce incise furono segnalate negli anni Settanta (Rosi-Maia, 1973: 145), con studi successivi negli anni Novanta (Pizzorno Brusarosco, 1990; Priuli e Pucci, 1994; Prestipino, 1999), per giungere poi al censimento e georeferenziazione realizzata negli anni 2011/2012 dalla Sezione Valbormida dell'Istituto Internazionale di Studi Liguri, per conto del Geoparco del Beigua (coordinato dallo scrivente), che ha evidenziato la presenza di un centinaio di rocce incise, schedate in un archivio informatico affidato alla Soprintendenza ai Beni Archeologici della Liguria, al Geoparco del Beigua, alla Provincia di Savona ed ai Comuni del Parco medesimo.⁽¹⁾

La tipologia delle incisioni delle rocce del Beigua spazia dalle classiche coppelle sino ad una intensa produzione di segni filiformi rappresentanti cruciformi antropomorfi, croci cristiane, rettangoli, alberiformi, pentagrammi e cerchi di coppelle che le accomunano al panorama dell'arte rupestre alpina ed europea.

In questa sede saranno presentati soltanto alcuni contesti particolari, omettendo la

descrizione delle rocce in generale, che occuperebbe spazi improponibili, segnalando inoltre che le denominazioni di alcune rocce sono state attribuite dagli scopritori (cancellando quindi gli eventuali microtoponimi che potevano offrire un elemento di indagine). Si è scelto quindi, in fase di catalogazione e descrittiva, di mantenere queste nuove definizioni.

Tra le rocce incise del Beigua la più nota è certamente la "*Pietra scritta*", unica che conserva il suo toponimo antico: "*Roca scricia*" forma dialettale locale, attestato ancora nel secolo XVIII (Marrapodi, 2006: 367).

Secondo la memoria popolare, questa grande superficie tabulare (m. 7 x m. 3,50) presso la quale scorre un rio perenne, era il luogo di raduno dei pastori dove si sorteggiavano la custodia delle greggi e le attività di pascolo (Principe, 2001: 259).

Questa funzione di luogo di raduno per decisioni comunitarie parrebbe accomunarla a molte altre come la "*Petra scripta*" emersa delle carte della Abbazia di Montepiano e datata 1081 d. C., identificata col "*Masso del Consiglio*", che conservò la funzione di punto di incontro delle comunità (Sani, et al., 2013: 409), nonché alla "*Peyro Escrito*" dell' Olargues in Francia (Guiraud, 1960: 243), sino alla "*Peira Eicrita*" di San Germano Chisone, in Piemonte (Seglie, 1987: 43), per giungere alla ben nota "*Pietra delle croci*" di Pornassio (IM), documentata come luogo di raduno degli uomini della "castellania" nel secolo XV (Lantrua e Laiolo, 2003: 22).

Infine ricorderemo il parallelo toponimico con la "*Pedra Escrita*" di Ridevides, in Portogallo (Coimbra e Garcês, 2015: 63), per concludere con la "*Typia Petra*" di Filippi, in Macedonia (Grecia), che meriterebbe un accurato approfondimento sul contesto locale.

La lunga frequentazione di "*Pietra scritta*" è documentata da una mole impressionante di segni che ricoprono la grande superficie tabulare con una forte prevalenza di segni filiformi schematici, antropomorfi a "phi", alberiformi, moduli di coppelle e croci cristiane coppellate con moltissime sigle e date (alcune di fine Ottocento) (Pizzorno Brusarosco, 1990: 36; Prestipino, 2015: 99), ed infine alcuni pentagrammi. Questo simbolo appare soltanto su uno spazio circoscritto di questa roccia e non è nota, ad oggi, la sua presenza su altre rocce del Beigua. In ambito europeo è presente sulla "*Peyro Escrito*" citata sopra, (Guiraud, 1960: 251), nell'ambiente iberico è stato datato all'Età del Bronzo (Gomez Barrera, 1992: 315) ed in altri casi i segni a pentagramma sono stati riferiti all'Età del Ferro come le incisioni filiformi su scisto di "*Pisada de La Mora*" a La Huerta, Caminomorisco, Cáceres (Sevillano San Josè e Becares Perez, 1998: 289). In Valcamonica sono presenti a Campanine di Cimbergo sulle rocce 5, 6, 19, 40, 61 (Gastaldi, 2009: 378) e sono presenti anche in Val d'Assa (Fossati, 1992: 142), sul Monte Bego (De Lumley, 1996: 373) e nel sud della Baviera (Mandl, 2010: 94). Per il significato di questo simbolo vedi Coimbra (Coimbra, 2011: 129).

Ai piedi di questa parete rocciosa sono incisi due antropomorfi (altezza c/a cm.10), prodotti a percussione col braccio levato ed armato il primo, mentre il secondo, apparentemente armato di alabarda, è stato realizzato con segno filiforme, entrambe le figure sono iscritte un spazi rettangolari che paiono isolarli dal contesto (Fig. 5).

E' probabile che questi due antropomorfi siano i resti della fase più antica delle incisioni di "*Pietra scritta*", ma in assenza di elementi datanti archeologicamente ci pare doveroso sospendere ogni giudizio. Indubbiamente, su "*Pietra scritta*" incontriamo tracce di età

molto antiche, sovrapposte da segni di *“cristianizzazione”* sino a segni moderni incisi per motivi di mera imitazione, che si intrecciano con le più suggestive tracce etnoantropologiche legate alla sacralità dei luoghi ed alla vita dei pastori, tematica su cui occorreranno ancora ricerche nella tradizione popolare e nel folklore superstite.



Fig. 5 - Sassello, Pietra scritta. Figure antropomorfe (foto da Malacrida)

Sassello

Pietra scritta: figure antropomorfe

Per trovare altre tracce di sacralità scenderemo il versante del Beigua sino al crinale posto a S/E di *“casa del Che”*, caratterizzato da un andamento a modestissima inclinazione in direzione S/E, per digradare poi rapidamente verso la sella che lo divide dall’antistante *“Roc du trùn”* = *“Roccia del tuono”* (Marrapodi, 2006: 490), dove il termine *“tuono”*, nell’accezione locale, è traducibile come sinonimo di fulmine.

Attorno a *“casa del Che”* si sviluppa un’area di rocce incise che inizia dalla *“Roccia di casa del Che”*, superficie di c/a tre metri di lunghezza posta ad anfiteatro sul colmo di una dorsale; i segni cruciformi, incisi a graffio lineare, sono confrontabili con quelli di *“Pietra Scritta”*, tuttavia appare un gruppo ristretto di croci con bracci lanceolati associabili soltanto a quelle della Val d’Assa (Priuli, 1983: 47), ma qui compare anche,

rielaborato, il segno della “tela” figura detta anche “tris” o “filetto” che è diffuso in Portogallo, in Estremadura spagnola, nei Pirenei orientali, nelle Alpi francesi, Val d'Aosta, Lombardia, Sardegna, Puglia, Kosovo, Grecia e Romania (Coimbra e Garcês, 2015: 62). Il punto focale della manifestazione si trova duecento metri più a valle con la “Roccia del dolmen”, definizione impropria coniata dagli scopritori che videro nello stacco di un blocco roccioso della parete la camera di un dolmen (Rosi-Maia, 1973: 146). Questa roccia, situata su un piccolo rilievo con blocchi di scisto in sfasciume, si trova accanto ad un sentiero lastricato su cui transitavano i pellegrinaggi stagionali verso la vetta del Beigua (Pizzorno Brusarosco, 1990: 30; Prestipino, 1999: 22), a ridosso di un rio perenne ricco d'acqua (Fig. 6).



Fig. 6 - Casa del Che, Roccia del dolmen (foto Malacrida)

La parete del presunto dolmen reca una sovrapposizione caotica di segni: filiformi, cruciformi coppedati, croci cristiane, polissoir e scaliformi. Questi ultimi, incisi con segno filiforme, presentano forti analogie con quelli presenti sul Monte Bego (Isetti, 1957: 177; De Lumley, 1996: 265), in val d'Assa (Priuli, 1983: 92). In ambito più ampio ed europeo, questi scaliformi si trovano anche nella Cueva de San Garcia (Breuil, 1920: 322) e sulla Roccia 2 di Figueiredo, in Portogallo (Coimbra, 2013a: 119).

Inoltre il segno scaliforme è presente sul bordo di un vaso della cultura VBQ proveniente dalle Arene Candide di Finale Ligure (SV) (Bernardini, 1977: 59; Maggi e Starnini, 1997), ed è identificato come figura simbolica tipica della cultura VBQ (Mazzieri e Bernabò Brea, 2012: 195), le cui tracce furono localizzate ad Alpicella, sul versante marino ma a non più

di due ore di cammino dalla roccia. Pertanto parrebbe possibile attribuire questo segno, presente soltanto sulla *“Roccia del dolmen”*, ad un periodo connesso alla cultura VBQ di Neolitico medio, e databile alla stessa.

Sassello

Casa del Che: Roccia del dolmen

Sul lato E della roccia è inciso un antropomorfo dal sottile corpo filiforme e con una grande testa, associato ad una presumibile raffigurazione di un cervo. La parete rivolta a S presenta un reticolo di filiformi, che ha un parallelo in Val d'Assa (Priuli, 1983: 24).

A ridosso del presunto dolmen una piccola parete inclinata di scisto è stata incisa con coppelle connesse da due canalini divaricati che parrebbero funzionali a convogliare la modesta sorgente che vi scorre sopra in funzione di divinazione o simili rituali; la presenza di alcune croci cristiane evidenzia un'azione di cristianizzazione del complesso. Per esigenze di spazio ignoreremo altre rocce incise che attorniano il *“dolmen”* sparse attorno alla cima del *“Roc del Trùn”* ed a ridosso del rio che ne lambisce il piede, recanti soprattutto segni cruciformi cristiani, una *“tria”* e coppelle con canaletti, per concentrarci sull'ipotetica motivazione che spinse le popolazioni del Beigua ad identificare la roccia come luogo sacro: il blocco inciso del dolmen è ricco di inclusi di magnetite ottaedrica e la sua superficie reca tracce di folgoriti, per cui è possibile che l'osservazione di un punto in cui cadeva il fulmine, segno dell'ira divina, abbia spinto gli incisori della roccia a propiziare la divinità e placarne l'ira col segno devozionale. (Prestipino, 1999: 23).

Comunque appare evidente che tutte le rocce incise che attorniano la *“Roc del Trùn”* facciano parte di un complesso *“santuario”*, connesso a questo piccolo rilievo montuoso che ne fu il punto focale; la loro presenza a ridosso di sentieri e di rii perenni dimostra che esse si collocano nella casistica generale dei luoghi di incisione.

La magnetite ottaedrica pare essere protagonista anche in altri contesti, come le rocce incise a polissoir che sono concentrate ad Alpicella (Varazze – SV) sul versante marittimo, e ad Piani di Acquabianca (frazione di Urbe - SV) sul versante montano (Fig. 7).

La superficie incisa della *“Roccia della Ceresa”* ad Alpicella reca tracce di polissoir convergenti in coppelle, profondi e con evidenti tracce di sfregamento sulle pareti del solco a V molto profondo; l'esame di questi segni portò lo scopritore, Mario Fenoglio, a verificarne l'uso in via sperimentale, dimostrando che essi erano stati realizzati con l'azione di affilatura di asce litiche e che nelle coppelle si raccoglieva la polvere della roccia mista ad acqua, in funzione di pasta abrasiva (Fenoglio, 1985: 33). Questa ipotesi fu confutata da Ausilio Priuli e Italo Pucci, che vi videro invece una manifestazione culturale con atti devozionali, basandosi sul presupposto che la roccia avesse scarsa forza abrasiva per la lavorazione delle asce litiche (Priuli e Pucci, 1994: 66).



Fig. 7 - Piani di Acquabianca: Roccia incisa a polissoir e coppelle

Piani di Acquabianca

Roccia incisa a polissoir e coppelle

Ad un esame più approfondito si è notato che il supporto litico è identico sia ad Alpicella che ad Acquabianca, con la notevole presenza di inclusi di cristalli di magnetite ottaedrica atti a rafforzare notevolmente l'abrasività della roccia (Prestipino, 2015: 92). Un parallelo puntuale dell'uso di questi polissoir si trova nel Parco del Gran Paradiso, su un masso a Piandemma (Locana), recante lo stesso tipo di polissoir e ritenuto anch'esso un residuo di lavorazione materiale di asce litiche, non a caso a ridosso di una cava di pietra verde di età Neolitica (Cima, 2012: 18).

Quindi è lecito supporre che i polissoir dell'area di Alpicella e di Piani di Acquabianca siano le tracce evidenti degli atelier di produzione di asce in pietra verde, di periodo Neolitico, come ipotizzato da Fenoglio (1985).

Noteremo però che a Piani di Acquabianca sono emersi, nel terreno circostante le rocce, numerosi noduli isolati di limonite, che, opportunamente polverizzati, avrebbero prodotto una polvere colorante.

Quindi non potremmo escludere che queste lavorazioni avessero, accanto alla finalità di uso pratico, anche una valenza sacrale ed i personaggi in grado di produrre le asce levigate fossero considerati sciamani o comunque figure di prestigio, che utilizzarono la limonite polverizzata come colorante per la roccia, o per sé stessi.

Questa ipotesi acquisterebbe consistenza esaminando il sito di *“Grande roccia”* a Vara Superiore, frazione di Urbe (SV), posta a m. 782 slm, lungo la direttrice viaria antica che saliva al *“passo del Faiallo”* per scendere poi a Genova. Questa grande cupola affiorante di cloritoscisto, fessurata profondamente in tre parti per cause naturali e posta a ridosso della via antica in una valletta a pochi passi da una ricca sorgente - che origina qui un rio - pare il luogo sacro degli insediamenti dell'alta Val di Vara, dove le comunità incisero il loro segno per secoli.

La superficie della roccia è oggi in forte disgregazione, e conserva solo lacerti di superficie incisa. Essa reca, nella parte bassa volta a E., due incavi di grandi dimensioni, che apparirebbero di natura antropica. Inoltre va rilevata la collocazione intenzionale di un grande masso posto sulla parte sommitale, associato a due grandi cospicce poco profonde e a fondo piano presenti sulla sommità della superficie.

Nella parte superiore appaiono poi quattro cospicce collegate tra loro da un canalino profondamente inciso che trova un confronto puntuale su una roccia presso l'eremo di san Michele a Sanremo (IM) (Lorenzelli, 1985: 15).

Sul lato E di *“Grande Roccia”* sono presenti due cospicce, incise con un utensile metallico usato in verticale ed a percussione indiretta, contornate da tracce di affilatura disposte a raggiera attorno alle stesse, tali da giustificare la definizione di *“cospicce raggiate”* (Pizzorno Brusarosco, 1990: 71) o simboli solari (Priuli e Pucci, 1994: 94) (Fig. 8).

Questi segni a V, che contornano le cospicce parrebbero prodotti dall'affilatura di una lama metallica e tali da produrre un'iconografia suggestiva (simbolo solare). Il tutto rappresenterebbe la fase più antica della frequentazione della roccia, databile, con una stima prudenziale, all'età dei Metalli (Prestipino, 2013: 202), conservando poi una frequentazione, ancora in chiave votiva o propiziatoria, in età storiche medievali e moderne come si nota dalla fitta presenza di croci cristiane contornate da microcospicce, filetti, polissoir isolati, vaschette ed infine la raffigurazione rudimentale della chiesa di *“Nostra Signora della Visitazione”*, edificata nel secolo XIX (Principe, 1999: 180) e chiesa parrocchiale di Vara Superiore.

Vara Superiore

Grande roccia: cospicce e affilatoi

Tra i segni incisi compare poi una cospicchina su cui convergono sei raggi terminanti in cospicchine che appare solo in Val di Vara, ma è presente tra le incisioni dei pastori della Maiella in Abruzzo (Micati, 2000: 155) ed in Spagna (Estremadura e Castilla y Leon), Andorra, Pirenei, Corsica, Val d'Aosta, e Lombardia (Coimbra, 2013: 184).

Non esistono memorie, orali o scritte, relative a questa roccia, ma segnaleremo un parallelo importante che appare a Sarenice (Kosovo) dove la cospicca raggiata è incisa

su una roccia che è stata sede di riti di passaggio ancora in età contemporanea (Krasniqi, 2013: 81, fig. 2) e ritenuta quindi luogo sacro di quella comunità.

L'area di "Grande roccia" conserva attorno presenze molto significative, come la "Roccia della Venere", figura fortemente stilizzata di una donna gravida incisa a sfregamento di punte litiche su una superficie inclinata affiorante dal piano di campagna su cui scorre lo stillicidio di una piccola sorgiva. Il capo della "Venere" è rappresentato da una piccola coppella oggi in forte degrado, con il sesso femminile, ben evidenziato, all'altro estremo della figura. Un cinto parrebbe stringere il ventre, evidentemente gravido.



Fig. 8 - Vara Superiore, Grande roccia. Coppelle e affilato

Dal sesso della Venere si diparte un lungo canale (largo cm. 5 e profondo cm. 2 lungo c/a m. 1), che parrebbe finalizzato a convogliare lo stillicidio della sorgente che scorre sulla roccia.

Il richiamo alle "Veneri" paleolitiche è meramente stilistico: pur condividendo in toto il concetto di continuità e sopravvivenza millenaria di stilèmi consolidati (Malnati e Poggiani Keller, 2012: 296), ci pare arduo sostenere una datazione anteriore all' Età del Bronzo o del Ferro per questa figura posta a cielo aperto su una roccia soggetta ad un forte degrado.

Però la macrofotografia mette in luce la traccia di un frequente ripasso del segno, che ha certamente contribuito alla preservazione della figura nel tempo, evidenziando un gesto che suggerisce un rituale propiziatorio eseguito forse da donne che chiesero a questo

simbolo il favore della fecondità. Quindi, il quadro complessivo porterebbe ad immaginare un tributo culturale connesso alla fertilità femminile (Prestipino, 2013: 128). Poco lontano dalla “Venere” affiora dal piano di campagna un lacerto di superficie inclinata su cui appaiono coppelle e cruciformi riconoscibili nella croce greca, segno diffuso in Portogallo, Estremadura spagnola, Andorra, Alpi francesi, Corsica, Val d' Aosta, Lombardia, Sardegna, Puglia, Kosovo, Grecia e Romania (Coimbra, 2015: 62), di cui si può escludere la matrice cristiana.

Segni a polissoir e coppella sono presenti su moltissime rocce del massiccio del Beigua, isolati e sparsi a ridosso dei sentieri che portano alla vetta, rendendo possibile l'ipotesi che accanto alla loro funzione pratica (affilatura di lame) essi conservassero una forte componente rituale.

Ciò troverebbe conferma su una roccia di recente scoperta a Campo Ligure (GE), nei pressi di “cascina Usra” (che abbiamo denominato “roccia Leoncini-Bongera” in onore degli scopritori): questo blocco isolato di talcoscisto di grandi dimensioni (m. 2,00 x m. 1,20 max, alt. dal suolo m. 0,50 c/a) di forma vagamente ovale (Fig. 9) è posato sul versante S molto ripido e degradante verso il sottostante “rio Cornafame”, su uno spiazzo pianeggiante realizzato con alcuni sassi posti sul margine a valle, a formare un rudimentale muretto di contenimento.

La superficie di questo masso presenta sulla parte superiore un piccolo nucleo di segni indecifrabili incisi a martellina, attorno ai quali è distribuita una fitta serie di polissoir, in un caso collegati a coppelle, e segni ottenuti con lo sfregamento di punte (presumibilmente litiche) che ne ricoprono la superficie ed è evidentemente stata collocata in sito come luogo sacrale di un'area circostante.

La tipologia dei segni a polissoir evidenzia composizioni che hanno paralleli sulla “Rocha Escrita” di Ridevides (Coimbra, 2015: 66).

Campo Ligure. Roccia Leoncini - Bongera

Il polissoir è presente anche a Rossiglione (GE), in valle Stura lungo il rio Berlino, dove una parete verticale volta a S reca una sequenza ricchissima di segni incisi, apparentemente in modo disordinato, in un'area che reca anche avanzi di incisioni filiformi, compromesse dalle intemperie e dall'azione dell'uomo che ne distrusse una parte (Fig. 10).

Rossiglione. Parete su Rio Berlino

Infine l' incisione a polissoir è presente anche su una grande roccia (m. 4 lung. x m. 2,30 alt.), di recente scoperta ed ancora in studio, a ridosso di un antico percorso che saliva verso la “Roc del Trùn” e da qui al valico: la parete adiacente al sentiero è ricoperta da una fitta rete di polissoir prodotti in maniera apparentemente caotica e da un incavo centrale, di chiara natura antropica, che potrebbe aver ospitato offerte o lumi. La roccia

è affiorante nel terreno a ridosso di un piccolo spiazzo su cui incombe un'alta parete sporgente che fu usata come riparo sotto roccia e reca la traccia di un muro a secco, oggi ridotto ad un cumulo di pietrame, sulla parte frontale; un'indagine archeologica del sito sarebbe auspicabile.



Fig. 9 - Campo Ligure, Roccia Leoncini-Bongera



Fig. 10 – Rossiglione. Parete su Rio Berlino

Conclusione

Il quadro complessivo delle rocce incise dei territori della valle Bormida e delle valli del Beigua mette in evidenza una situazione dove, in entrambe le aree, appaiono concentrazioni di rocce incise in spazi delimitati, che potremmo definire “*santuari*” di popolazioni locali (Coimbra, 2009: 99), con notevoli paralleli per ciò che riguarda i contesti ambientali in cui si presentano. Infatti, in entrambi i territori abbiamo rocce incise a ridosso dei rii o delle sorgenti, oppure sulle cime delle colline, che evidenziano l'aspetto culturale rivolto alle acque o alle cime e che ripropongono paralleli con molti siti italiani o mediterranei.

In valle Bormida questo si propone sulla cima del Gazzaro, dove però non è ben definibile la cronologia del sito pur avendo tracce evidenti di culturalità. Il contesto di rio Cavallera, dove appaiono, accanto alle rocce incise posizionate intenzionalmente sul versante soleggiato, probabili tracce di gesti votivi compiuti da una comunità verso acque presumibilmente ritenute sacre, a ridosso di una tomba ad incinerazione, confermando l'ipotesi di un'area sacra di una popolazione con carattere guerriero dell'età del Ferro, che frequentò il sito almeno sino all'età augustea.

Ulteriori ricerche serviranno per identificare l'insediamento umano, che lascia intuire la sua presenza nel sito circostante con le sepolture ad incinerazione. Tuttavia il quadro appare già abbastanza chiaro e definito.

Nell'area del Beigua le caratteristiche dell'arte rupestre del massiccio sono molto diversificate: sul versante marittimo è assente l'arte rupestre propriamente detta, ed è caratterizzante la presenza di segni attribuibili ad attività materiali finalizzate alla produzione di asce litiche. Le tracce di questi atelier ci paiono di estrema importanza anche al fine di ulteriori studi sulla produzione di questi manufatti e sul loro commercio. Noteremo, inoltre, che l'associazione tra le rocce incise e le sorgenti è molto frequente, come nei casi di “*Pietra scritta*”, “*Roccia del dolmen*” e “*Grande roccia*”, tutte a ridosso dell'acqua di rii perenni e sorgenti.

In questo contesto pare avere un ruolo significativo la presenza di rilievi che in molti casi furono riconosciuti dall'uomo come luoghi di bersaglio dei fulmini, dovuto alla particolare mineralogia delle rocce e visti quindi come santuari di una divinità, tuttora noti alle comunità del territorio ed identificati con toponimi come il “*Roc del Trùn*”, a Sassello e la “*Rocca della Marasca*” a san Pietro d'Orba, nonché ad altri casi simili con culti di cima accertati sulla vetta del Beigua, che in passato fu meta dei pellegrinaggi dei pastori ed oggi, non a caso, ospita il piccolo santuario mariano della “*Madonna della Pace*”.

Paralleli significativi si riscontrano anche per la presenza di rocce incise lungo gli itinerari pre - protostorici che percorrono i due territori con la loro collocazione lungo gli antichi itinerari. Differenze significative si riscontrano invece nella presenza di coppelle isolate nel contesto valbormidese, portatrici di leggende, che qui abbiamo volutamente ignorato per esigenze di spazio, ed inoltre per scarsa presenza di figure antropomorfe, pressochè del tutto assenti nel massiccio del Beigua.

Sul massiccio del Beigua troviamo poi presenze databili al Neolitico con le tracce di rocce

incise a polissoir, possibili atelier di produzione di asce litiche, tracce lasciate dall'ormai scomparsa attività dei pastori, con la presenza di rocce come "*Pietra scritta*" con segni attribuibili alla cultura pastorale (cronologicamente intesa in senso ampio: dalla preistoria ai giorni nostri) e tracce come quelle di "*Roccia del dolmen*", con segni databili alla cultura VBQ, e di "*Grande roccia*", che presentano caratteristiche iconografiche che trovano paralleli nelle rocce incise del Portogallo, della Spagna o di alcune valli alpine italiane, come la val Grande, la val d'Assa ed altre.

Queste rocce parrebbero rappresentare il centro di "santuari" pre-protostorici delle comunità insediate nelle aree circostanti, che qui continuarono ad agire anche in età storiche segnate dal Cristianesimo.

La situazione appare problematica riguardo il significato e la funzione dei segni a polissoir, che sono i segni prevalenti sulle rocce del Beigua: accertato che nell'area di Alpicella ed a Piani di Acquabianca i polissoir avrebbero avuto origine in un'attività di atelier per asce litiche (pur restando il dubbio che essi potessero assumere anche una funzione devozionale), resta indefinita la funzione dei polissoir di "*Grande Roccia*" e di "*roccia Leoncini-Bongera*", dove l'azione dell'incisore non avrebbe avuto solo un mero uso pratico di affilatura di lame, ma parrebbe l'espressione materiale di un pensiero volto alla propiziazione, o al gesto devozionale, su una roccia ritenuta sacra.

Il gesto di sfregamento del segno appare poi abbastanza evidente sulla "*Roccia della vergine*" la cui figura sarebbe stata ravvivata periodicamente da un ripasso del segno, che indicherebbe il gesto votivo o propiziatorio (legato alla fertilità femminile?) della comunità locale.

Occorrerà quindi indagare ulteriormente sull'ipotesi di affilatura a carattere rituale o addirittura nella produzione di segni di carattere esclusivamente simbolico su determinate rocce a cui fu attribuito un particolare valore sacrale, poi perduto nel tempo.

L'arte rupestre dell'area savonese possiede quindi le caratteristiche comuni diffuse in tutta l'arte rupestre europea, in linea con la casistica generale per i contesti che le ospitano, con modalità espressive e peculiarità iconografiche locali per alcune rocce, in altri casi riferibili a realtà culturali molto lontane, figlie di una comune cultura euromediterranea, come dimostrano quei simboli, presenti sulle rocce del Beigua, che appaiono in contesti lontanissimi dalla Liguria.

Per la presenza diffusa di croci cristiane e quindi di possibili riti di "*cristianizzazione*" di queste rocce crediamo sia necessario indagare le età storiche, in particolare sulla presenza dei vari ordini monastici (benedettini, cistercensi) insediati sul territorio in epoche tardo-medievali che, forse, potrebbero dare risposte plausibili.

Queste presenze monastiche, fortemente presenti in entrambi i territori da noi indagati, e probabili protagonisti della colonizzazione di questi territori di altura votati, in particolare, all'attività di pascolo e di attività di esbosco, potrebbero essere all'origine dell'attività di cristianizzazione di rocce che furono note ai primi colonizzatori perchè ritenute di particolare valore sacrale.

Questo campo di ricerca, tutto da esplorare, potrebbe dare risultati significativi. In ogni caso, i complessi di rocce incise della valle Bormida e dell'areale del monte Beigua paiono apportare interessanti novità nel quadro complessivo dell'arte rupestre della fascia appenninica ligure.

Nota:

- (1) Progetto: Valorizzazione dell'arte rupestre nel Geoparco del Beigua, Progetto P.O.R. 2007-2013 – Asse 4 - Valorizzazione risorse culturali e naturali. Curato da: Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida su incarico dell'Ente parco del Beigua Geopark, in collaborazione con l'Università di Genova – DIPTERIS.

Bibliografia

- BERNARDINI, E. (1979). *Le Alpi marittime e le Meraviglie del Monte Bego*. Sagep, Genova: 304 p.
- BERTUZZO, F.; PRESTIPINO, C.; SIMONASSI, M. (1998). *Oltre il segno. Proposta di metodologia e schedatura per le incisioni rupestri*. Comunità Montana Alta Val Bormida, Fossano. 303p.
- BONDINI, A. (2010). La documentazione funeraria in Veneto tra l'età gallica e la romanizzazione. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 20: 13-21.
- BREUIL, H. (1920). Miscellanea de Arte Rupestre. *Boletin de la Real Sociedad Espanola de Historia Natural*, tom. XX: 322-333.
- BULGARELLI, F. (2014). Prima di Alba Docilia. La necropoli preromana di Albisola Superiore (SV). Notizie preliminari. In, BENENTE, F.; CAMPANA, N. (eds.), *Antiche genti del Tigullio a Chiavari. Dalla necropoli ligure al Medioevo*. Atti del Convegno (pp. 141-156). Bordighera/Chiavari.
- CIMA, M. (2012). *Uomini e terre del Gran Paradiso*. Nautilus, Torino: 160p.
- COIMBRA, F. A. (2009). When open air carved rocks become sanctuaries: methodological criteria for a classification. In, DJINDJIAN F.; OOSTERBEEK L. (eds.), *Symbolic Spaces in Prehistoric Art. Territories, travels and site locations*. XV UISPP Congress Proceedings (pp. 99-104). Archeopress, Oxford.
- COIMBRA, F. A. (2011). The symbolism of the pentagram in west European Rock Art: a semiotic approach. In, ANATI, E. (ed.), *Art and Communication in pre literate societies*, XXIV Valcamonica Symposium Proceedings (pp. 122-129). Centro Camuno di Studi Preistorici, Capo di Ponte.
- COIMBRA, F. A. (2013a). *RUPTEJO. Arqueologia Rupestre da Bacia do Tejo*. ARKEOS, perspectivas em diálogo, 35. CEIPHAR, Tomar: 164p.
- COIMBRA, F. A. (2013b). Common themes and regional identities in European Late Prehistoric filiform rock art. In, ANATI, E. (ed.), *Art a source of history*. XXV Valcamonica Symposium (pp. 179-185). Centro Camuno di Studi Preistorici, Capo di Ponte.
- COIMBRA, F. A.; GARCÊS, M. (2015). Arte rupestre filiforme e a “polissoir” tra i fiumi Tago e Mondego (Portogallo): Inventario, tipologia, paralleli e cronologia. In, *Quaderni del*

Mediterraneo, 2. Studi sulle rocce incise del bacino del Mediterraneo, MAILLAND, F.; COIMBRA F. A.; PRESTIPINO, C. (eds) (pp. 46-77). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida, Trento.

DE LUMLEY, H. (1996). *Le rocce delle Meraviglie. Sacralità e simboli nell'arte rupestre del monte Bego e delle Alpi Marittime*. Jaka Book, Milano, 452p.

DEL LUCCHESI, A.; OTTOMANO, C.; STARNINI, E. (1998). Il sito archeologico dell'Età del Bronzo del Bric Tana. In, FERRANDO L. (ed.), *Bric Tana e Valle dei Tre Re, un parco tra natura e storia* (pp. 61-68). Millesimo.

DEL LUCCHESI, A.; PRESTIPINO, C. (2013). Elmo di ferro rinvenuto in località Rio Cavallera (Pallare). *Archeologia in Liguria, nuova serie, III*: 129-130.

DEL LUCCHESI, A.; MAESTRO, A.; PRESTIPINO, C. (2015). Pallare. Rio Cavallera. Spada ad antenne. *Archeologia in Liguria, nuova serie, V*: 158-159.

DEL LUCCHESI, A.; GAVAGNIN, S.; PIROTTO, S.; PRESTIPINO, C.; STARNINI E. (2023). Nuovi dati dall'entroterra savonese tra Bronzo finale ed età del Ferro. In, *Preistoria e Protostoria della Liguria. Rivista di Scienze Preistoriche, LXXIII*: 327-342.

FENOGLIO, M. (1985). Incisioni a "polissoir" nell'entroterra di Varazze: usi e possibili trasformazioni. In, *Atti del Convegno sulle incisioni rupestri in Liguria* (pp. 33-35). Millesimo.

FEUGERE, M. (1985). Les fibules en Gaule Méridionale da la conquête à la fin du V.e s. ap. *Revue archéologique de Narobannaise, Supplément 12*. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris: 503p.

FOSSATI, A. (1996). *Le incisioni rupestri della Val d'Assa nel quadro dell'arte rupestre delle Alpi*. In, A.A.V.V. *Le incisioni rupestri della Val d'Assa, ipotesi a confronto*, Atti del Convegno (pp. 139-148). Canove di Roana.

FREY, O. H. (1991). *La formazione della cultura di La Tène nel V secolo a. C.* In, *Celti. Catalogo della Mostra*, Milano: 127-145.

GAMBARI, F. M.; VENTURINO, M. (2004). La media età del ferro (IV-II secolo a. C.) nella Liguria interna. In, *Ligures Celeberrimi. La Liguria interna nella seconda età del ferro*. Atti del Congresso Internazionale (pp. 11-28). Mondovì, Bordighera.

GAREA, M. (1957). *Varazze. Note storiche*. In, *Atti della Società Savonese di Storia Patria*, XXIX. pp. 1-18.

GASTALDI, C. (2009). Segni schematici. Il linguaggio universale dell'arte rupestre alpina. In, *Lucus rupestris. Sei millenni d'arte rupestre a Campanine di Cimbergo*, SANSONI, U.; GAVALDO, S. (eds.) (pp. 377-379). Capo Di Ponte.

GOMEZ BARRERA J. A. (1992). *Grabados rupestres postpaleolíticos del Alto Duero*. Caja Salamanca y Soria, Soria: 408p.

GRAELLS I FABREGAT, R.; JIMENEZ, G. G.; DEL LUCCHESI, A. (2019). Consideraciones sobre la espada de antenas encontrada en el río Cavallera (Liguria, Italia). In, *Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en Oriente y Occidente* (pp. 7-18). *GLADIUS*, XXXIX. CSIC, Madrid.

GUIRAUD, R. (1960). Les gravures rupestres d'Olargues (Hérault). *Rivista di Studi Liguri*, XXIII: 243-256.

ISETTI, G., (1957). *Le incisioni di Monte Bego a tecnica lineare*. *Rivista Studi Liguri*, XXIII: 163-196.

ISSEL, A. (1908). *La Liguria Preistorica*. In, Atti della Società Ligure di Storia Patria, XL, Genova: 375p.

KRASNIQI, S. (2013). Rock art in the rite of passage in Sarenice. In, Anati, E. (ed), *Art as a source of History, XXV Valcamonica Symposium Proceedings* (pp. 75-81). Centro Camuno di Studi Preistorici, Capo di Ponte.

LANTRUA, E.; LAIOLO, G.P. (2003). *Santa Margherita e la Chiesa del Borghetto*. Imperia, 183p.

LORENZELLI, S. (1985). Un masso a coppelle in località San Michele di Sanremo. In, Atti del II Convegno sulle incisioni rupestri in Liguria (pp. 15-16). Millesimo.

MAGGI, R.; STARNINI, E. (1997). Some aspects of the pottery production. In, MAGGI, R. (ed.), *Arene Candide: a functional and environmental assessment of the Holocene sequence (Excavations Bernabò Brea-Cardini 1940-50)* (pp. 279-337). *Memorie dell'Istituto di Paleontologia Umana*, 5.

MALNATI, L. (2004). I Liguri in Emilia. In, *Ligures Celeberrimi. La Liguria interna nella seconda età del ferro*. Atti del Congresso Internazionale (pp. 159-164). Mondovì, Bordighera.

MALNATI, L.; POGGIANI KELLER, R. (2012). Le ricerche sull'arte rupestre: questioni di metodo. *Preistoria Alpina*, 46: 295-304.

MANDL, F. (2010). *Felsbinder in den Nördlichen Kalkalpen*. In, *L'arte rupestre delle Alpi*. Convegno Internazionale, Capo di Ponte (BS): 95-98.

MARRAPODI, G. (2006). *Teoria e prassi dei sistemi onimici popolari: la comunità orbasca (Appennino Ligure Centrale) e i suoi nomi propri*. Supplemento al n. XII di *Rivista Italiana di Toponomastica*, Pomezia. 532p

MARTINO, G.P. (1984). Alpicella. In, *Archeologia in Liguria, II. Scavi e scoperte 1976-81* (pp. 13-20). Genova.

MAZZIERI, P.; BERNABÒ BREA, M. (2012). Stilemi decorativi e significati simbolici nella decorazione vascolare VBQ. *Preistoria Alpina*, 46: 195-202.

MICATI, E. (2000). *Grotte e incisioni dei pastori della Majella*. CARSA Edizioni, Pescara, 330p.

OLIVERI, L. (1979). Incisioni rupestri in Val Bormida (Savona). *Bollettino del Centro Camuno di*

Studi Preistorici, n. 17: 194-195.

PALTRINERI, S. (2004). Necropoli di Chiavari. In, De MARINIS, R. C.; SPADEA, G. (eds.), *Liguri. Un antico popolo europeo tra Alpi e Mediterraneo. Catalogo della Mostra* (pp. 246- 264). Ginevra, Milano.

PERRANDO, D. P. (1873). Sur l'homme tertiaire de Savona. In, *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, Cinquième session* (pp. 417-420). Bologne.

PIPINO, G. (2000). *Le Valli dell'Oro. Miscellanea di geologia, archeologia e storia dell'Ovadese e della bassa val d'Orba*. Tip. Pesce, Ovada: 109p.

PIROTTO, S.; PRESTIPINO, C. (2021). Carcare (SV). Area del Rio Cavallera: un luogo di culto? *Ligures, n. 16-17: 175 -176.*

PIZZORNO BRUSAROSCO B. A. (1990). *Le incisioni rupestri nell'area del Monte Beigua e dell'Alta Valle dell'Orba*. Comunità Montana del Giovo, Savona. 127p.

PRESTIPINO, C. (1982a). Arte rupestre in Val Bormida. *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici, 19: 106.*

PRESTIPINO, C. (1982b). Arte rupestre in Val Bormida. In, *Alta Val Bormida, storia archeologia onomastica* (pp. 15-58). Comunità Montana Alta Val Bormida, Millesimo.

PRESTIPINO, C. (1985). Croci e cospicche nell'arte rupestre valbormidese. In, *Atti del I Convegno storico "Valbormida e Riviera, economia e cultura attraverso i secoli"* (pp. 230-245). Millesimo.

PRESTIPINO, C. (1999). Le incisioni rupestri del Beigua. In, *Storia di Varazze* (pp. 11-31). Elio Ferraris Editore, Genova.

PRESTIPINO, C. (2006). Orografia e tracce culturali nell'entroterra savonese. In, *Atti del XVI Congresso degli antropologi italiani* (pp. 791-800). Edicolors Publishing, Milano.

PRESTIPINO, C. (2008). Incisioni rupestri in località Rio Cavallera (Pallare). *Archeologia in Liguria nuova serie - vol. I: 283-284.*

PRESTIPINO, C. (2011). Incisioni del Rio Cavallera. In, COIMBRA F.; DIMITRIADIS, G.; MAILLAND, I.; PRESTIPINO, C. (eds), *Quaderni del Mediterraneo, Studi sulle rocce incise del bacino del Mediterraneo* (pp. 131-150). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida, Trento.

PRESTIPINO, C. (2013). Le incisioni rupestri del massiccio del Beigua (Savona- Italia). In, ANATI, E. (ed.), *Art as a source of history. XXV Valcamonica Symposium. 2013* (pp. 201-207). Centro Camuno di Studi Preistorici, Capo di Ponte.

PRESTIPINO, C. (2015). Le aree dei polissoir: Alpicella ed Acquabianca. In, MAILLAND, F.; COIMBRA, F. A.; PRESTIPINO, C. (eds.), *Quaderni del Mediterraneo 2, Studi sulle rocce incise del bacino del Mediterraneo* (pp. 81-141). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida, Trento.

PRESTIPINO, C.; DEL LUCCHESI, A., (2013). Bric Langa (Millesimo). *Archeologia in Liguria, nuova serie, III*: 128-129.

PRINCIPE, E. (2001). *Alta Val d'Orba & Sassello. Memorie storiche, leggende, ricordi e curiosità. Prima parte, dalle origini al secolo XIX*. GRIFL, Rocchetta Cairo: 193p.

PRIULI, A. (1983). *Le incisioni rupestri dell'Altipiano dei Sette Comuni*. Priuli & Verlucca, Ivrea: 125p.

PRIULI, A.; PUCCI, I. (1994). *Incisioni rupestri e megalitismo in Liguria*. Priuli & Verlucca, Ivrea: 159p.

ROSI, M.; MAIA, A. (1973). Le pietre incise di Monte Beigua, presso Sassello (Savona). *Bollettino del Centro Camuno Studi Preistorici, X*. Capo di Ponte: 145-157.

SANI, G.; CINQUILLI, G.; URSO, M. (2013). Testimonianze di graffiti rupestri tra emergenze storico archeologiche lungo un'antica via transappenninica, dalla val di Bure a Treppio (Toscana Centro-Settentrionale). In, ANATI, E. (ed.), *Art as a source of history. XXV Valcamonica Symposium*. (pp. 407-414). Centro Camuno di Studi Preistorici, Capo di Ponte.

SANSONI, U.; GAVALDO S. (2009). *Lucus Rupestris. Sei millenni di arte rupestre a Campanine di Cimbergo*. Edizioni del Centro, Capo di Ponte: 405p.

SEGLIE, D. (1987). La Peira Eicrita di San Germano Chisone. *Survey, anno 2°, n. 3-4*: 23-31.

SEVILLANO SAN JOSÈ, M. C.; BÈCARES PEREZ, J. (1998). Grabados Rupestres en La Huerta (Caminomorisco, Cáceres). *Zephyrus, LI*: 289-302.

DÉCOUVERTE DE GRAVURES RUPESTRES DANS LA MUNICIPALITÉ D'OLHÃO (FARO, PORTUGAL): NOTICE PRÉLIMINAIRE

DESCOBERTA DE ARTE RUPESTRE NO MUNICÍPIO DE OLHÃO (FARO, PORTUGAL): NOTÍCIA PRELIMINAR

Alessandra Bravin

Centre National du Patrimoine Rupestre,
Agadir (Maroc)
bravinaless@gmail.com

Fernando A. Coimbra

Institut Terre et Mémoire
Centre de Géosciences
Université de Coimbra
coimbra.rockart@yahoo.com

Résumé

On présente la découverte de deux ensembles d'art rupestre réalisé par incision sur des supports en calcaire, localisés à Murtais et à Pés do Cerro, situés dans la paroisse de Moncarapacho, municipalité d'Olhão et District de Faro. Les motifs représentés sont de caractère abstrait, comportant parfois des figures géométriques complexes. Chronologiquement, elles pourraient être attribués au Néolithique/Chalcolithique, en se basant sur des gravures similaires trouvées sur quatre dalles de schiste réutilisées dans le monument mégalithique Alcalar 1.

L'importance de ces découvertes est due au fait d'être les exemples d'art rupestre par incision situés le plus au sud du territoire aujourd'hui portugais et aussi au support utilisé (calcaire), inconnues auparavant dans ce type de roche. Des gravures incisées étaient connues uniquement en contexte de grotte ou d'abri sous roche.

Mots-clefs : Murtais, Pés do Cerro, art incisé, Néolithique, Chalcolithique.

Resumo

Apresenta-se, de modo preliminar, a descoberta de dois complexos de arte rupestre obtida por incisão sobre suporte de calcário, localizadas em Murtais e em Pés do Cerro, ambos na Freguesia

de Moncarapacho, município de Olhão e Distrito de Faro. Os motivos representados são de carácter abstrato, existindo por vezes figuras geométricas complexas. Cronologicamente poderão ser atribuíveis ao Neolítico/Calcolítico, com base em gravuras semelhantes existentes em quatro lajes de xisto reutilizadas no monumento megalítico Alcalar 1.

A importância destes achados prende-se com o facto de serem os exemplos de arte incisa situados mais a sul no território hoje português e ainda pelo suporte onde se encontram (calcário), conhecendo-se anteriormente, neste tipo de rocha, apenas gravuras em contexto de gruta ou em abrigo sob rocha.

Palavras-chave: Murtais, Pés do Cerro, arte incisa, Neolítico, Calcolítico.

Note introductive

Les gravures qui font l'objet de cette notice sont le fruit d'une découverte occasionnelle faite par un des auteurs (A. Bravin) pendant une promenade au lieu-dit *Torre de Alfanzia*, ruine d'une tour d'observation islamique de la côte en Algarve, au sud du Portugal. Sur le chemin qui mène à la tour, se trouvent des petits rochers en calcaire avec des incisions réalisées par deux types de tracé : un d'une épaisseur moyenne et l'autre très fin, dit filiforme. Les gravures sont toutes de type géométrique et abstrait. Un deuxième site a été repéré quelques jours plus tard. Les sites se localisent dans la paroisse de *Moncarapacho*, municipalité d'*Olhão*, district de *Faro*. Le premier est nommé *Murtais*, le deuxième *Pés do Cerro*.

Les gravures de *Murtais*

Le site

Murtais est l'appellation d'une zone de collines comprise entre le village de *Moncarapacho* au nord et la Route Nationale N 125 au sud, caractérisée par une végétation éparse de fruitiers, d'arbustes, d'oliveraies et de caroubiers et par la présence de nombreux établissements touristiques. Dans sa partie sud, proche de la N 125, se trouve une zone, tel un îlot, caractérisée par une dense végétation sauvage et par l'absence de tous travaux agricoles. Sur le côté nord-est de « l'îlot » se trouve une orangerie, tandis que sur côté nord-ouest il y a une oliveraie.

L'intérêt historique de cette zone réside dans la présence d'une ancienne tour en pierre, appelée *Torre de Alfanzia*, dont les ruines sont visibles sur une colline de 44 mètres d'altitude, qui depuis l'époque islamique servait de tour d'observation sur la côte au sud (Sousa, 2009). Les restes d'un épais mur en pierre sont visibles sur le côté ouest de « l'îlot ». C'est le long du chemin vers les ruines de la tour que les premières roches gravées ont été repérées. Des repérages successifs nous ont permis de localiser d'autres gravures le long d'un chemin qui conduit au sommet de la zone, ainsi que sur la colline même de la tour et dans l'oliveraie. La piste qui conduit au site est balisée par un muret de pierres réutilisées, où il y a aussi plusieurs gravures.

Dans la zone concernée par les gravures, sur la marge nord-ouest de « l'îlot », on signale la présence d'une construction récente abandonnée (maison ?), d'un réservoir à eau et de ruches, également abandonnées. Ici, des travaux de nettoyage de la végétation ont été effectués laissant sur le sol débris de branches et troncs arrachés, ce qui donne à la partie du site proche de la construction l'aspect d'une décharge.

Les supports

Tous les supports gravés sont du calcaire, soit sous forme d'affleurements compris entre 50 cm de hauteur et une dizaine de cm à peine du sol, (1) ou des pierres amovibles. Les gravures des affleurements intéressent surtout la face verticale de la roche, tandis que les pierres sont gravées souvent sur toutes les faces, de façon qu'il est difficile d'en établir l'orientation. Les supports inamovibles peuvent être considérés *in situ*, tandis que les pierres ont été déplacées ou réutilisées pour la construction du muret ou autres structures.

Nous avons dénombré 43 supports gravés, dont 31 sur roche inamovible et 12 sur pierre. Ce nombre n'est pas exhaustif, car il n'inclut pas les pierres gravées utilisées dans la construction du mur qui longe la piste d'accès.

Les gravures

La caractéristique principale des gravures de *Murtais* est celle d'être dans leur totalité de type abstrait et géométrique, aucune image figurative n'ayant été repérée, sauf peut-être une. Les tracés sont de type filiforme (très fins), souvent à peine visibles ou d'épaisseur moyenne, ne dépassant pas les 3-4 mm.

Sur les roches verticales ou inclinées les gravures sont exécutées en traçant le sillon de haut en bas et se terminent souvent par une minuscule cupule oblongue. Ce sont des tracés linéaires, inclinés, verticaux ou horizontaux, ou légèrement courbes, qui s'entrecroisent sans pour autant présenter des figures géométriques reconnaissables. Parfois deux lignes peuvent former une sorte d'« angle » terminant par les petites cupules (Fig. 3, en bas) mais il s'agit toujours de lignes entrecroisées, n'ayant pas de point de départ commun.

Gravures sur roche inamovible

Parmi les roches inamovibles, deux se distinguent par la richesse et la complexité des tracés : la Roche 1 (Fig. 1, 2 et 3) et la Roche 2 (Fig. 4).

Roche 1

Elle a une forme grossièrement de trapèze, avec 35 cm de hauteur, 65 cm de longueur, 30 cm de largeur dans sa partie supérieure et 35 à la base. Toutes ses surfaces portent des gravures, bien qu'avec des densités différentes, toutes les patines ayant la même couleur que la roche qui est gris foncé. La surface la plus riche est inclinée de 40 degrés et orientée vers l'ouest. Les gravures s'entrecroisent occupant toute la superficie disponible (Fig. 2) et se prolongent dans le terrain, sans qu'on puisse en établir la

profondeur, car aucune fouille n'a été effectuée. La majorité des sillons sont inclinés vers la droite et terminent par une petite cupule.



Fig. 1 – Murtais, Roche 1

Sur le côté oriental on remarque un motif réalisé avec la technique du bas-relief (Fig. 3). Il mesure 5,5 cm de haut et paraît représenter un phallus. A sa base deux lignes courbes s'unissent en forme de corne. Ce motif est unique à *Murtais*.

Roche 2

Cette roche, qui était à l'évidence un bloc unique de 47 cm de hauteur, est aujourd'hui diagonalement fendue en deux, (2) la partie supérieure a glissé vers le bas (Fig. 4). La surface gravée est uniquement la face verticale, de 28 cm de hauteur. L'abondance de lichens qui la recouvrent rend difficile la lecture, on peut néanmoins voir deux tracés courbes, apparemment avec un sommet commun, qui descendent vers la partie inférieure de la roche où le faisceau de lignes devient plus dense. Dans sa partie finale, ces tracés se superposent à deux lignes en arc de cercle, qui recourent à leur tour une ligne elle aussi en arc de cercle plus fermé.



Fig. 2 - Murtais, Roche 1. Détail des gravures de la face ouest ou on peut observer un « angle » à l'intérieur du cercle rouge.



Fig. 3 - Murtais, Roche 1. Détail de la face est.



Fig. 4 - Murtais, Roche 2.

Roche 3

Cette roche, enfouie dans la végétation, donne le meilleur exemple d'incisions avec cupules. Les sillons sont filiformes mais les cupules sont bien marquées. On peut observer aussi des sillons à peine incisés, dépourvus, eux, de cupules. Les gravures occupent uniquement la partie sommitale de la roche, apparemment *in situ*.

Roche 4 (Fig. 5)

Il s'agit d'un affleurement horizontal, plat, de 85 cm de long et de 40 cm de large, d'une hauteur maximale de 15 cm. Sur une des faces verticales, d'une hauteur de 12 cm, au sol, une double série de signes en forme d'« angle » a été gravée, la série supérieure s'appuyant sur une fissure naturelle de la roche. Les sillons sont assez profonds et pas filiformes, mais beaucoup se terminent par la petite cupule. Des gravures fines horizontales recourent les « angles ».

Ce type de disposition des gravures sur la partie verticale ou peu inclinée d'un affleurement est assez fréquent. Toutefois nous croyons que les gravures auraient pu occuper aussi la face horizontale de l'affleurement, figures qui auraient disparu à cause de l'érosion, mais dont ils restent parfois quelques traces.

Les gravures sur support amovible

Il s'agit de gravures réalisées sur des pierres facilement transportables et qui présentent le même type d'incisions que les roches inamovibles. Ce qui les différencie c'est le fait

que les gravures occupent souvent toutes les faces de la pierre. Elles sont souvent brisées et seulement dans deux cas on a pu retrouver les morceaux qui composaient les pierres intègres. Cinq des douze pierres se trouvent à l'endroit indiqué comme « décharge » (Fig. 6), deux ont été utilisées comme poids pour bloquer les planches d'un ancien rucher, une a été employée dans la construction de la tour de garde, les restantes sont éparpillées à des endroits différents du site.



Fig. 5 - Murtais, Roche 4. Détail de la face gravée.

Pierre amovible 1

Il s'agit d'une pierre brisée sur deux côtés. Elle présente deux faces décorées. Au moment de la découverte, la face la plus richement ornée était visible (fig. 7), tandis que l'autre face était en contact avec le sol. La face la plus ornée a une largeur de 25 cm. Les tracés, d'une patine de la même couleur que la roche, sont fins à moyens et se terminent presque tous par une petite cupule. Ils sont légèrement inclinés ou courbes. Certaines lignes se superposent à d'autres, mais tout indique, patine et technique, que toutes ces gravures sont contemporaines.

Pierre amovible 2 (Fig. 8)

Il s'agit d'une pierre brisée en deux parties, qu'on a pu retrouver et reconstituer. Une érosion profonde a creusé une partie de la pierre et probablement provoqué sa fracture. Elle présente des décorations sur trois faces, d'où la difficulté d'établir le « sens de lecture » des gravures et leur orientation originelle, de plus : une moitié de la pierre était enfouie dans le sol et présente une couleur rougeâtre, tandis que l'autre était à la

surface et présente une patine grise (fig. 8). Les gravures dans les deux cas présentent toutes la même patine que la roche. Les sillons sont tracés dans toutes les directions et se terminent souvent par la petite cupule ou bien par un élargissement léger du sillon. La particularité de cette pierre toutefois est celle de présenter des lignes cassées formant des angles ouverts.



Fig. 6 – Murtais. La « décharge ». Au premier plan à dr. la Pierre amovible 1.



Fig. 7 - Murtais, Pierre amovible 1



Fig. 8 – Murtais, Pierre amovible 2.

Pierre amovible 3 (Fig. 9)

Cette pierre se trouve sur un ancien rucher abandonné. Elle est utilisée comme poids sur des planches de la structure. La décoration est du même type des pierres déjà illustrées, avec un enchevêtrement de lignes fines et lignes plus épaisses, avec ou sans cupule. Cette pierre semble intacte.

Pierre amovible 4

C'est une pierre réemployée dans la construction d'un muret. Brisée, elle a une hauteur d'environ 30 cm. Les sillons très fins mêlent traits linéaires aux lignes courbes, où la cupule apparaît une seule fois.

Pierre amovible 5 (Fig. 10)

Il s'agit d'une pierre fragmentée en quatre morceaux, qu'on a pu reconstituer, apparemment décorée sur une seule face. Les cassures sont récentes, comme le prouve la couleur rouge de la face interne des morceaux, tandis que la base de la pierre est de couleur grise. Les sillons ont une largeur et une épaisseur plus marquée que la majorité des gravures de *Murtais* et semblent former un motif réticulé.



Fig. 9 - Murtais, Pierre amovible 3



Fig. 10 – Murtais, Pierre amovible 5

Archéologie

On signale la rareté sinon l'absence totale d'industrie lithique. Nous avons dénombré à peine sept petits éclats de silex noir. Par contre, le sol du site est parsemé de tessons de céramique. Beaucoup n'ont pas de traces de travail au tour, ils seraient donc d'âge préhistorique, peut-être chalcolithique ou de l'Age du bronze. Le site montre une longue occupation humaine, car, outre la céramique préhistorique, des vestiges d'époques romaine et islamique abondent sur le sol.

Le site de *Murtais* se trouve à 4 km à peine au sud de *Moncarapacho*. Cette localité est connue pour une typologie particulière d'idoles cylindriques, appelés « ídolos de Moncarapacho », datant du Chalcolithique, dont le premier exemplaire fut retrouvé à *Moncarapacho* au début du siècle dernier.

Quelques km au nord, bien visible depuis la colline de *Torre de Alfaxia*, se trouve le *Cerro da Cabeça*, de 249 m d'altitude, deuxième élévation de la *Serra de Monte Figo*, après le *Cerro de S. Miguel*. C'est une montagne karstique, avec une centaine de grottes, dont deux ont un intérêt archéologique certain. Il s'agit des grottes *Ladroeira Pequena* et *Ladroeira Grande*. Dans la première, trois fragments de plaque de schiste décorée ont été retrouvés (Regala, 2021), tandis que dans la deuxième un ensemble de tessons de céramique a été attribué au Bronze final (fin du II millénaire a. C.). Selon les auteurs de cette étude (Gomes et Calado, 2007), cette grotte était une « grotte-sanctuaire ».

Aux pieds de cette montagne, une pierre porte des gravures fines inédites (Fig. 11).



Fig. 11 – Cerro da Cabeça. Gravures fines (inédites). Largeur de la pierre 30 cm env.

Les gravures de *Pés do Cerro*

L'appellation « *Pés do Cerro* » a été donnée à cause de la position du site aux pieds de la petite montagne appelée *Cerro S. Miguel*, connu aussi sous le nom de *Monte Figo*. Il s'agit d'une colline de 411 m d'altitude, le sommet le plus élevé de la *Serra de Monte Figo*, couverte d'une dense végétation spontanée typique du Barrocal. Du site on a une visibilité jusqu'à la côte, au sud. Au Cerro on pratiquait une agriculture en terrasse, aujourd'hui abandonnée, dont les témoins sont les murets de pierre effondrés. La ressource agricole principale était la culture d'arbres fruitiers, notamment des figuiers. Monte Figo est une colline essentiellement calcaire avec, au sommet, de traces de calcite, ainsi que des cailloux de quartz et de quartzite. Ses pentes méridionales sont assez escarpées, creusées pas les lits de nombreux ruisseaux, presque toujours à sec. Le site se trouve au sud-est par rapport au sommet, au début de la pente et à quelques dizaines de mètres à peine au nord de l'autoroute A22. Les pierres gravées sont des affleurements *in situ* ou des pierres amovibles le long d'une piste carrossable qui monte vers le sommet et dans les clairières qui la bordent. Beaucoup de pierres gravées ont été déterrées par l'eau des pluies qui ont creusé le bord ouest de la piste. Tout le site est très perturbé, non seulement à cause de la présence de la piste, mais aussi par l'ouverture des clairières. Aucune trace de travaux agricoles récents n'est visible.

Les supports et les motifs

Les gravures ont été réalisées sur des gros blocs affleurant du sol. Certains semblent de grande taille, donc inamovibles, tandis que d'autres ont la taille d'une grosse pierre. Nous avons compté 17 pierres gravées. La qualité des surfaces choisies est ici moins bonne que celle du site de *Murtais*, les pierres disponibles étant granuleuses et marquées par de nombreuses « veines ».

Les motifs gravés sont les mêmes que ceux du site de *Murtais*: tracés entrecroisés terminant par une cupule. Les sillons sont en général plus profonds et larges, ceci dû à la nature « accidentée » des surfaces (fig. 12). Les gravures sont en général réalisées sur la face verticale ou peu inclinées de la roche.

Les gravures de *Pés do Cerro* présentent toutefois des singularités au niveau de la patine. Certaines roches ont deux patines, une grise au niveau supérieur de la pierre, et l'autre rougeâtre au niveau inférieur (fig. 13). Dans le premier niveau les gravures ont la même patine que la roche, tandis que dans le niveau inférieur les sillons sont plus clairs, voir blancs. Puisqu'une étude pétrographique n'a pas encore été réalisée, nous pouvons seulement supposer que la partie supérieure a toujours été exposé à l'air libre et aux agents atmosphériques, tandis que la partie inférieure a été couverte par le sol rougeâtre peu après la réalisation des gravures. En fait, il y a des roches, affleurant du sol d'une dizaine de cm, dont les gravures ont une patine identique à celle du support. Seule une fouille pourra nous révéler la patine des gravures cachées sous la terre.

Ces gravures ont été découvertes après celles de *Murtais*. Nous n'avons pas encore eu l'opportunité de les dénombrer, mais ce sera fait prochainement.



Fig. 12 – Pés do Cerro. Gravures sur surface verticale.



Fig. 13 – Pés do Cerro. Roche avec deux types de patine.

Archéologie

Depuis la base du site jusqu'à son sommet, le sol est parsemé de tessons de céramique. Il s'agit de tessons épais, d'âge historique, noircis par le feu (incendie ?). Seul un tesson pourrait être d'âge préhistorique : il présente une surface lisse et brillante. Trois autres tessons aux parois fines sont d'âge indéterminable.

Pour ce qui est de l'industrie lithique, nous avons trouvé trois morceaux de haches polies, toutes en schiste, ainsi qu'un possible percuteur fusiforme.

Trois morceaux en métal, très incrustés, complètent la récolte. Il est impossible de déterminer à l'œil nu la nature du métal. (3)

Approche chronologique

En ce qui concerne la chronologie, des recherches ultérieures sont nécessaires, mais on peut déjà aborder une proposition de datation sur la base de quelques rapprochements. Dans le volume I de l'ouvrage *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Estácio da Veiga publie les relevés de trois fragments de dalles en grès du monument Alcalar 1 portant des gravures abstraites (Estácio da Veiga, 1886: Estampa IIA) (fig. 14). Les dalles en grès (qu'il appelle *mesas*) ont été retrouvées au sol et selon lui elles pourraient faire partie de la couverture du monument. Il faut ajouter aussi le relevé d'une dalle polie d'1,70 m, en schiste, portant aussi des gravures abstraites, publié dans l'Estampa II du même volume (Fig. 15). Il est à noter que dans son volume III, à propos du Monument 4, ce pionnier de l'archéologie portugaise, au chapitre « Lages polidas de schisto », affirme que ces dalles pourraient précéder la construction du monument, elles auraient été donc réutilisées par les constructeurs du monument funéraire du Chalcolithique (Estácio da Veiga, 1889: 198-199).

Toujours dans le monument n. 1, six fragments de poterie furent recueillis. Ils sont ornés de sillons fins pour lesquels Estácio da Veiga affirme que « (o) lavor é similhante ao das pedras (*mesas*), que cobriam o monumento » (Estácio da Veiga, 1886: Est. IX) (Fig. 16). Dans le volume II l'« Estampa IIA » montre la face *verso* d'une plaque de schiste décorée provenant du site archéologique d'Aljezur. Les motifs sont abstraits, réalisés au sillon fin, où on peut reconnaître un réticulé, des lignes ondulées ainsi que ce que d'après V.S. Gonçalves (2004 : 197 et fig. 13-B, p. 247 et fig. 53) pourrait représenter un poisson. Une deuxième plaque, provenant toujours du même site, montre dans sa face *verso* « finas incisões grosseiramente simétricas, que divergem de um eixo central vazío » (*ib.*, p. 199 et fig. 14-B).

Au cours d'une visite au site d'Alcalar, un de nous (A.B.) a remarqué que sur le plus grand rocher à proximité du monument Alcalar 7 il y avait des gravures très récentes (une figure humaine et un zoomorphe). Cet acte de vandalisme a attiré l'attention sur des gravures réalisées près du bord du rocher, gravures fines, abstraites, de patine totale, tout à fait semblables aux gravures objet du présent travail (Fig. 17) et qui, à notre connaissance, n'avaient jamais été remarquées auparavant. Sur le côté opposé à la

surface vandalisée, on peut voir des gravures fines qui se terminent par une cupule (Fig. 18). Nous croyons que cette grande roche est *in situ* et que ces gravures ont une relation étroite avec les monuments d'Alcalar. A noter que le rocher est calcaire, comme à *Murtais* et à *Pés do Cerro*.

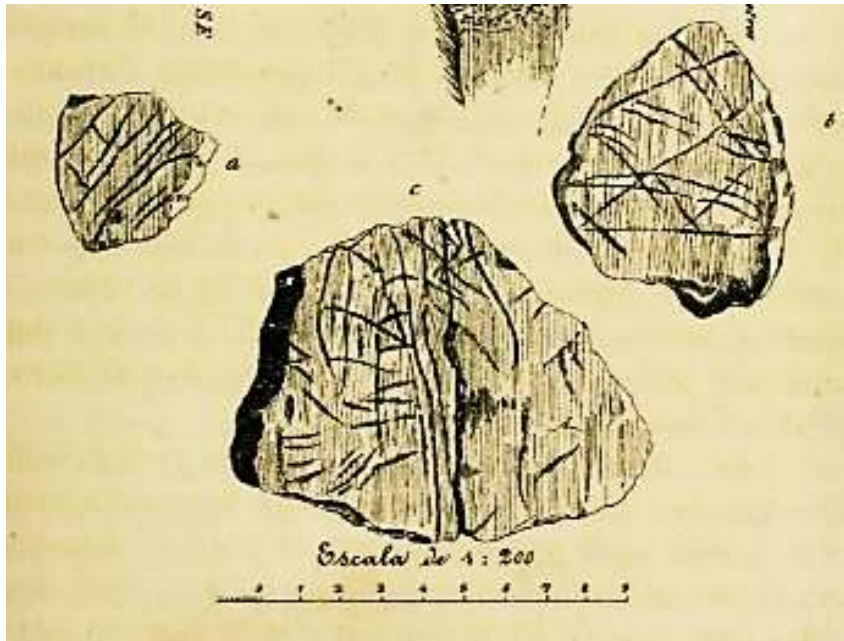


Fig. 14 – Dalles en grès du Monument 1 de Alcalar.
(D'après Estácio da Veiga, 1886)

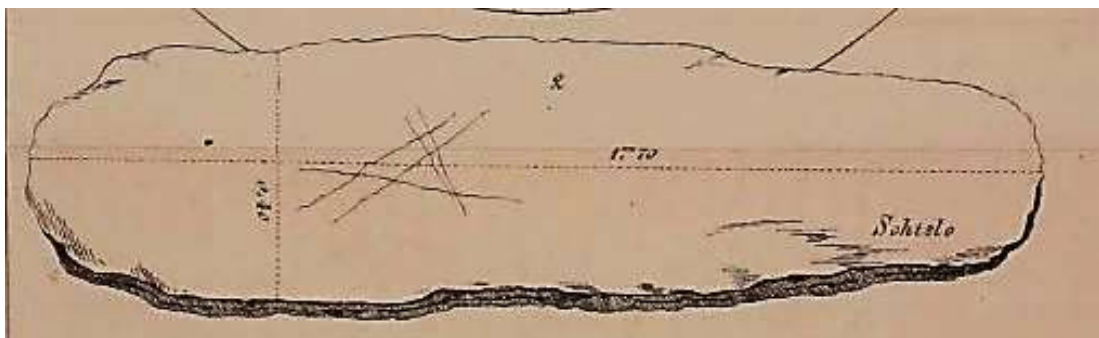


Fig. 15 – Dalle en schiste du Monument 1 de Alcalar.
(D'après Estácio da Veiga, 1886)

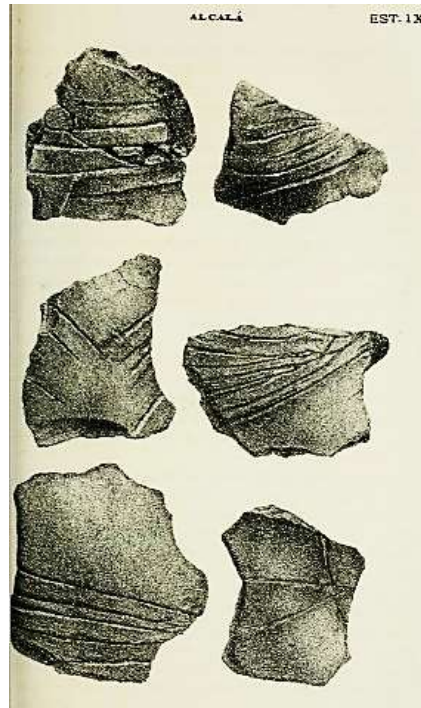


Fig. 16 – Tessons de céramique décorée provenant du Monument 1 de Alcalar. Pas d'échelle.
(D'après Estácio da Veiga, 1889)



Fig. 17 – Alcalar. Roche près du Monument 7. Les gravures fines sont réalisées près du bord.
Au-dessous on remarque les gravures récentes (vandalisme).



Fig. 18 - Alcalar. Roche près du Monument 7.
Détail de gravures fines terminant par une cupule.

Sur ce même monument Alcalar 7, un des auteurs (A.Bravin) a identifié deux petites dalles en schiste portant des gravures réalisées par incision, filiformes, non figuratives (Fig. 19 et 20).

Ces dalles ont été réemployées dans la structure externe du monument. (4)

Nous avons remarqué d'autres incisions filiformes sur une pierre calcaire à proximité de l'entrée au monument, du même type que celles de Murtais, c'est-à-dire incisions fines terminant par une cupule (Fig. 21).

D'après l'ensemble de documents que nous avons pu recueillir sur les gravures fines de l'Algarve, réalisées sur des supports différents, nous croyons pouvoir confirmer l'authenticité et l'ancienneté des gravures de Murtais et de Pés do Cerro. Il reste néanmoins beaucoup de travail à faire pour déterminer une chronologie fiable. Toutefois, sur la base des rapprochements stylistiques et techniques que nous venons d'analyser, en particulier avec le gros rocher et la petite roche près du Monument 7 de Alcalar (fig. 17, 18 et 21), nous proposons pour les deux sites de la municipalité d'Olhão un 'âge néolithique/chalcolithique. Cependant, quelques gravures pourraient dater de l'Âge du bronze et de l'Âge du fer.



Fig. 19 et 20 – Alcalar, Monument 7. Dalles en schiste avec des gravures fines.



Fig. 21 – Alcalar. Petite roche gravée près du Monument 7.

Parallèles

Il n’y a pas beaucoup de parallèles en ce qui concerne les gravures de *Murtais* et de *Pés do Cerro*, parce qu’elles ont un caractère principalement abstrait et, dans certains cas, de figures géométriques complexes. Les parallèles les plus proches, en datation et localisation, sont ceux que nous venons de citer à propos d’Alcalar, datés du Néolithique/Chalcolithique.

Toutefois, dans la grotte *Algar da Água*, dans la municipalité de Alvaiázere (Leiria, Portugal), on a trouvé des peintures schématiques datés du Néolithique final, près de gravures faites par incision, abstraites, avec des lignes courbes et droites (Figueiredo et al., 2022), similaires à certains exemples de *Murtais*. L’étude des gravures d’*Algar da Água* est encore en phase préliminaire, mais le contexte archéologique de cette grotte s’étend du Néolithique final au Moyen Âge (Figueiredo, 2019).

Un peu plus au sud-ouest, à côté du fleuve Lis (Leiria), près d’un site de l’Âge du bronze final, un de nous (F. Coimbra) a récemment trouvé des gravures rupestres, parmi

lesquelles un motif est similaire à celui qu'on trouve dans la pierre amovible 5 de *Murtais*.

Finalement, les motifs qu'on a appelé « angles », existent aussi sur la Roche 1 de Figueiredo (Sertã, Portugal) (Coimbra, sous presse), à *Molino Manzanéz* (Collado Giraldo, 2006) et à *Zepa de la Serena* (Dominguez Garcia et Aldecoa Quintana, 2007), ces deux derniers dans la province de Badajoz (Espagne), ayant une datation attribuée à l'Âge du fer. Cependant, ces exemples ne présentent pas la cupule finale, comme dans les cas de *Murtais* et de *Pés do Cerro*. Et naturellement, les exemples de *Sertã* et de Badajoz ne peuvent pas attribuer une datation de l'Âge du fer aux gravures étudiées dans cet article, parce qu'il y a d'autres figures qui ressemblent aux motifs d'Alcalá. De toute façon, cet article est uniquement une notice préliminaire dans le but de divulgation parmi la communauté scientifique, de sauvegarde et protection et non pas le développement de la chronologie des gravures et l'étude de ses parallèles. Ce sera fait plus tard, dans le cadre d'un projet de recherche.

Considérations finales

On peut dire que la découverte de ces deux groupes de gravures apporte déjà deux nouveautés importantes :

1. Il s'agit de l'ensemble des représentations rupestres incisées les plus méridionales du territoire portugais connues à ce jour; 2. Le support géologique est le calcaire, support inconnu au Portugal pour des gravures en plein air. (5)

Cette seconde observation permet, dès lors, d'imaginer l'existence d'autres gravures, sur calcaire, dans d'autres régions du pays, pas encore découvertes.

Sur le plan culturel, ces deux nouveaux sites posent plusieurs questions, notamment au niveau du choix des supports fixes et amovibles. Y avait-il une utilisation/signification différente entre les deux types de supports, amovibles et inamovibles, bien que les gravures soient identiques ? Le niveau préliminaire de la recherche ne permet pas de donner une réponse, bien que nous croyions que presque toutes les gravures appartiennent au même horizon culturel et chronologique.

D'autres questions portent sur la nature des patines, sur la nécessité de déterminer la nature d'une roche (amovible ou pas), sur la dispersion des roches gravées dans cette partie de l'Algarve et bien d'autres. Des fouilles sont nécessaires, à réaliser dans le cadre d'un projet de recherche multidisciplinaire.

Notes:

- (1) De toute façon les gravures semblent continuer sous le sol actuel, ce qui veut dire que les affleurements sont plus gros.
- (2) Cet exemple de roche fendue (naturellement ou de façon anthropique) évoque à la possibilité que certaines pierres mentionnées ont été aussi, à l'origine, des roches inamovibles.
- (3) Tous ces objets seront livrés à la Mairie d'Olhão, après une étude préliminaire.
- (4) On ne donne pas la localisation exacte de ces dalles par mesure de protection. L'endroit précis sera communiqué au Ministère de la Culture du Portugal.
- (5) L'art rupestre sur calcaire était auparavant connu seulement dans un contexte de grotte ou d'abri sous-roche.

Agradecimentos:

Este estudo foi apoiado por fundos portugueses da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito dos projetos [UIDB/00073/2020](#) e [UIDP/00073/2020](#) da unidade de I&D Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

Références bibliographiques

COIMBRA, F. A. (2013). *RUPTEJO: Arqueologia Rupestre da Bacia do Tejo. Arte Rupestre da Idade do Bronze e da Idade do Ferro na Bacia Hidrográfica do Médio/Alto Tejo Português. Síntese descritiva. ARKEOS 35. CEIPHAR, Tomar : 163 p.*

COIMBRA, F. A. (sous presse). Protohistoric Rock Art in the Basin of the Portuguese Tagus. *Actes du Colloque International les gravures rupestres protohistoriques en Eurasie*. Institut de Paléontologie Humaine, Paris.

COLLADO GIRALDO, H. (2006). *Arte rupestre en la cuenca del Guadiana. El conjunto de grabados del Molino Manzanez*. Tesis Doctoral. Universidad de Extremadura, Cáceres : 522-525.

DOMÍNGUEZ GARCÍA, A.; ALDECOA QUINTANA, M. A. (2007). Arte Rupestre en La Zepa de La Serena In, COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J. (Eds), *Corpus de Arte Rupestre en Extremadura, Vol. II*. Junta de Extremadura, Mérida. 431, p.

ESTÁCIO DA VEIGA, S. (1886). *Antiguedades Monumentaes do Algarve*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa : 305 p.

ESTÁCIO DA VEIGA, S. (1887). *Antiguedades Monumentaes do Algarve*, Vol. II , Imprensa Nacional, Lisboa : 609 p.

ESTÁCIO DA VEIGA, S. (1889). *Antiguedades Monumentaes do Algarve*, Vol. III , Imprensa Nacional, Lisboa : 395 p.

FIGUEIREDO, A. (2019). *O sítio arqueológico Algar da Água (Alvaiázere) - Resultados de 2017 a 2019*. Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático/Instituto Politécnico de Tomar, 117p.

FIGUEIREDO, A.; COIMBRA, F.A.; MONTEIRO, C. (2022). One cave, multiple traces: the rock art of the archaeological site of Algar da Água, Central Portugal. In, Daivakarni, V.; Singh, J.; Kumar, S. & Dahiya, R. K. (eds.), *Felicitacion Volume for Dr. Yoganand Shastri, Based on Archaeology and Culture* (pp. 420-428). Pathak Publishers and Distributors, Delhi.

GOMES, M. V.; CALADO, D. (2007). Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 10, número 1*: 141-158.

GONÇALVES, V. S. (2004). As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3. O milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português, Série IV, 22* : 163-318.

REGALA, F. J. T. dos A. (2021). *O património espeleo-arqueológico do Algarve: inventariação, caracterização e salvaguarda de cavidades cársticas com potencial arqueológico*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Algarve, Faro: 500-502.

SOUSA, L. M. N. de (2009). *Estruturas arquitectónicas militares de defesa da Ria Formosa*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve, Faro: 94-96.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALBURITEL: RESULTADOS DE UMA ATIVIDADE APLICADA À COMUNIDADE SÉNIOR LOCAL

HERITAGE EDUCATION IN ALBURITEL: RESULTS OF AN ACTIVITY APPLIED TO THE LOCAL SENIOR COMMUNITY

Alexandra Figueiredo

Docente no Instituto Politécnico de Tomar

alexfiga@ipt.pt

Seara Rei

Pós-graduanda em “Arqueologia, Gestão e Educação Patrimonial”,
no Instituto Politécnico de Tomar

seabicarei@sapo.pt

Resumo

O projeto MEDICE II, aprovado pelo Instituto Público do Património Cultural para o período de 2024 a 2028, visa investigar os cultos e rituais da Pré-história e Proto-história na região Centro de Portugal, focando as suas intervenções nos concelhos de Alvaiázere e Ourém, além de fomentar a consciência patrimonial nas comunidades locais. Este artigo analisa uma atividade específica direcionada à comunidade sénior em Alburitel, no concelho de Ourém, destacando a sua importância para a preservação do património cultural.

Entre as diferentes iniciativas do projeto, uma focou-se na realização de um workshop em colaboração com o Centro de Dia da Associação Cultural e Recreativa de Alburitel (ACRA) e Junta de Freguesia. Este evento foi projetado para abordar as temáticas do património e da arqueologia, enfatizando a relevância da salvaguarda dos vestígios do passado, que sustentam a memória coletiva da comunidade. Durante o workshop, que teve uma componente formativa e outra prática interativa, os participantes tiveram a oportunidade de se aprofundar na importância dos vestígios presentes localmente, discutindo não apenas a sua história, mas também as práticas de preservação necessárias para garantir que esse património possa ser transmitido às gerações futuras.

Um dos pontos altos da atividade foi a identificação e análise de sítios arqueológicos, com destaque para a Anta do Zurrague, também conhecida por Azurrague, localizada na mesma freguesia. Através de apresentações ativas, discussões e visita ao local, os participantes puderam explorar e compreender o monumento megalítico, reconhecendo-o não apenas como um reflexo do passado dos seus ancestrais pré-históricos, mas como um símbolo da identidade e da memória coletiva.

Os resultados obtidos foram positivos. Observou-se um aumento significativo no conhecimento dos participantes sobre a importância da preservação do património, bem como uma clarificação da origem, história e múltiplas funções da Anta da Azurrague. Neste artigo apresentam-se os dados e metodologia desenvolvida.

Palavras-Chave: Anta do Zurrague, Arqueologia, Comunidade, Educação Patrimonial, Ourém.

Abstract

The MEDICE II project, approved by the Public Institute of Cultural Heritage for the period from 2024 to 2028, aims to investigate the cults and rituals of Prehistory and Protohistory in the central region of Portugal, focusing its interventions in the municipalities of *Alvaiázere* and *Ourém*, as well as promoting heritage awareness within local communities. This article analyzes a specific activity directed towards the senior community in *Alburitel*, in the municipality of *Ourém*, highlighting its importance for the preservation of cultural heritage.

Among the various initiatives of the project, one involved conducting a workshop in collaboration with the Day Center of the Cultural and Recreational Association of *Alburitel* (ACRA) and the Parish Council. This event was designed to address themes of heritage and archaeology, emphasizing the relevance of safeguarding the remnants of the past, which support the collective memory of the community. During the workshop, which included both a formative and an interactive practical component, participants had the opportunity to delve into the significance of the local remnants, discussing not only their history but also the necessary preservation practices to ensure that this heritage can be passed on to future generations.

One of the highlights of the activity was the identification and analysis of archaeological sites, particularly the *Anta do Zurrague*, also known as *Azurrague*, located in the same parish. Through active presentations, discussions, and a site visit, participants were able to explore and understand that megalithic monument, recognizing it not only as a reflection of the past of their prehistoric ancestors but also as a symbol of identity and collective memory.

The results obtained were positive. There was a significant increase in participants' knowledge about the importance of heritage preservation, as well as a clarification of the origin, history, and multiple functions of the *Anta do Azurrague*. This article presents the data and developed methodology.

Keywords: *Anta do Zurrague*, Archaeology, Community, Heritage Education, *Ourém*.

Introdução

Um país ou uma nação são reconhecidos por possuírem elementos comuns agregadores de uma determinada comunidade, tais como território, língua, história, memórias coletivas, valores conjuntos e património cultural, que proporcionam a criação de um sentimento de posse conjunta e de pertença a um grupo.

Para muitos membros de uma comunidade, como a trabalhada neste artigo, especialmente na população sénior, o significado imediato de “património” está frequentemente associado à posse de bens materiais ou a uma herança transmitida de

geração em geração, como uma casa ou um terreno. Contudo, esta conceção pode obscurecer a noção de património como um bem comum, usufruído por todos. De acordo com Encarnação, “de um modo geral, pondo de parte a noção económica, de riqueza, o significado original mantém-se: ‘patres’ são os antepassados, ‘património’ é o que eles nos legaram” (Encarnação, 2024: 107).

O Património pode ser natural ou cultural (imóvel, móvel ou imaterial) e surge referido como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica” (Carta de Cracóvia, 2000) e “sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas” (UNESCO, 2001: artigo 7).

Seguindo os conceitos anteriormente referidos e percecionando a relevância que estes eventos possuem na consciencialização das comunidades como congregadores de vontades, nas suas multivalentes de agentes e operadores de salvaguarda, procurou-se desenvolver uma ação de Educação Patrimonial que explorasse as noções de Património, Arqueologia e Antepassados, que estivessem em estreita corelação com a comunidade e o património local.

O projeto arqueológico com o acrónimo MEDICE II – Memórias, Dinâmicas e Cenários da Pré-história à Época Clássica (2024-2028), reúne uma equipa multidisciplinar de investigadores internacionais, que tem como principais entidades coordenadoras o Instituto Politécnico de Tomar, a Universidade Autónoma de Lisboa e a Associação CAAPortugal. Foi no seio deste projeto que se criaram as condições para a realização de uma ação que ficou designada por “Workshop de Arqueologia. Quem Somos Afinal? Em Busca do Passado”. O projeto está a desenvolver intervenções arqueológicas em diversos sítios, com incidência em locais essencialmente pré-históricos, incluindo escavações no Algar da Malhada de Dentro e Gruta da Foz, situados na freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, e na Anta do Zurrague e Lapa da Furada, na freguesia de Alburitel, todos no concelho de Ourém.

No decorrer desta atividade educativa, procurou-se sensibilizar a comunidade para as questões do património cultural, fazendo ligação entre a paisagem, o território e o seu passado, procurando-se despertar o seu sentimento de pertença e ligação emotiva ao monumento da Anta do Zurrague, um dos principais bens patrimoniais desta comunidade.

A Relevância da Educação Patrimonial

O Património Cultural enquanto bem comum, herdado dos nossos antepassados, testemunho das suas memórias e experiências, é de extremo valor para a história de um país e para a sociedade que vive num determinado território, enquanto agregador da sua identidade, resgatando para o presente, um passado que é de todos (Horta et al. 1999). “O património, material ou intangível, é imprescindível como fonte histórica para interpretar e compreender o passado, constituindo as atividades de defesa do

património, formas de valorização cultural, de preservação e de partilha de identidades” (Pinto, 2016: 14).

Na legislação portuguesa é referido que deve ser implementada a “proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, artigo 1º). Esta lei permite definir as orientações da política patrimonial, referindo que “para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (*idem*, artigo 2.º). Segundo o enquadramento legal em vigor, o Património Cultural apresenta um valor relevante para a civilização, surge como um bem que é único, sob formas diversificadas e pode ser tangível como os monumentos arquitetónicos (património cultural imóvel), as obras de arte pintadas ou os artefactos arqueológicos (património cultural móvel), ou intangíveis como as músicas ou as tradições (património cultural imaterial). Desta forma, do bem individual, pretende-se que exista a perceção do bem coletivo, nacional e mundial, de todos e para todos.

É notório a alteração da noção de Património ao longo dos anos. A sua evolução levou-nos a uma compreensão mais abrangente integrando qualquer bem de interesse, isto é se for relevante para a comunidade deve ser preservado (Valentim, et al. 2022). Com a tónica sobretudo colocada no sujeito e no que é relevante para si, rapidamente se percebe que para preservar, importa conhecer. A nível arqueológico, um património que pelas suas características não é tão evidente aos olhos da comunidade, sobretudo o pré-histórico, quase sempre assente em vestígios perecíveis, torna-se fundamental associar ações de consciencialização, mostrar os artefactos e os sítios, para que estes possam ser valorizados, preservados e salvaguardados. A promoção de exposições, palestras e publicações sobre os achados permite que a sociedade compreenda a relevância histórica e cultural das investigações desenvolvidas. Isto enriquece a educação pública e estimula um senso de identidade entre as comunidades locais, que podem ver sua história refletida nas descobertas arqueológicas.

Para garantir que a sociedade tenha oportunidade de conhecer o seu passado, é fundamental o apoio das autoridades competentes e do próprio cidadão, muitas vezes desconhecedor do valor identitário de um bem, e do papel relevante que o mesmo pode desempenhar como agente ativo na preservação. “Todos têm o dever de preservar (...), defender e conservar (...) e valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo na medida das respetivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, artigo 11º).

É já relativamente comum a preocupação da realização de ações formativas patrimoniais aquando de trabalhos arqueológicos (Bezema, 2010; Kashimoto e Martins, 2009; Silva et al. 2015; Berezowski, 2016; Figueiredo e Berezowski e Figueiredo, 2017; Figueiredo et al. 2017, 2020; Lopes et al. 2020; Valentim et al. 2022; Vieira et al. 2024). Estas ações têm garantido um trabalho efetivo dos habitantes locais como participantes ativos no processo, impulsionando ligações destes com a ciência, e com as descobertas

que são desenvolvidas, promovendo um envolvimento e troca de conhecimentos e experiências. Esta troca de saberes é fundamental para sensibilizar a população sobre a relevância do que está a ser estudado e, ao mesmo tempo, para legitimar o trabalho. Esta relação também permite criar as condições de apoio à investigação arqueológica, pois provoca reconhecimento, exigência da comunidade na preservação dos sítios e bens recuperados e responsabilização política e social. Além disso, cria um espaço de diálogo entre a ciência e a comunidade, onde os saberes tradicionais e as perspectivas locais são respeitados e integrados.

De acordo com Thaíse Rocha (2012: 2), “o património possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação”. A Educação Patrimonial pode e deve desempenhar esse papel de ligação entre património(s) e indivíduo(s), assumindo a formação deste(s), de forma sistemática e diversificada, preferencialmente de forma gratuita, estimulando a memória coletiva das comunidades, dando a conhecer os seus bens culturais, através de estratégias claras, que permitam a criação de laços socioculturais comuns.

A Educação Patrimonial emerge, assim, como uma ferramenta metodológica de grande relevância que não pode ser descurada nos projetos de arqueologia, desempenhando um papel fundamental na transmissão de conhecimentos culturais e na promoção da consciência patrimonial. O projeto MEDICE II, ainda que o centro do seu fundamento assente na investigação tem nos seus objetivos intenções cívicas, recorrendo a diversas estratégias e ações de comunicação, em que o propósito não passa só pela divulgação, mas também por fomentar um espírito crítico entre os indivíduos, encorajando a reflexão sobre a importância do património cultural local na construção da identidade coletiva. Um dos seus intuitos é promover a agregação de indivíduos em torno de um sentimento comum de apropriação do seu património, sobretudo relacionado com o monumento megalítico em causa neste artigo, único existente na região, de forma a garantir, por um lado a sua salvaguarda e por outro, criar pontes com a comunidade local, para que, como agentes ativos, auxiliarem em novas descobertas e na sua preservação. Ninguém melhor do que a comunidade mais antiga conhece a região, a percorre e pode facilmente ser capaz de identificar possíveis estruturas semelhantes. A apropriação que se refere não se limita apenas à posse material, valorização ou exploração como recurso local direcionado para o turismo, mas abrange um entendimento mais profundo dos vestígios histórico-arqueológicos que constituem a memória coletiva da comunidade. Ao consciencializar os membros da comunidade para a relevância dos elementos patrimoniais — sejam eles edifícios, monumentos, tradições ou práticas culturais — permite-se a formação de uma identidade social coesa e culturalmente mais dinâmica.

Assim, a Educação Patrimonial serve como um instrumento de salvaguarda, uma vez que a valorização e o reconhecimento do património por parte da comunidade são cruciais para sua preservação. Quando as pessoas se sentem ligadas ao seu património, torna-se mais provável que se empenhem na sua conservação e proteção, defendendo a integridade dos vestígios histórico-arqueológicos que lhes são significativos. Através de atividades educativas, workshops, exposições e projetos comunitários, é possível criar uma cultura de respeito e valorização do património, garantindo que as futuras gerações

herdem não apenas os bens materiais, mas também a história e os significados que esses bens carregam.

Como afirmam Mércia de Medeiros e Leandro Surya (2009: 7):

“A educação patrimonial pode ser um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidade, e a valorização da sua cultura.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu ‘patrimônio’ são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Estas formações podem ocorrer em diferentes espaços, seja ao ar livre, seja em laboratórios, em museus, nas escolas, em parques temáticos ou até em gabinetes de trabalho, ligados à temática apresentada, sempre com uma funcionalidade educativa, coletiva e inclusiva, potencializando uma aprendizagem que promova a cidadania, a consciência, a identidade e a valorização do passado.

É com base nestes pressupostos que cada vez mais se considera relevante que os projetos de arqueologia, como o MEDICE II, possuam mecanismos difusores e aglutinadores entre os trabalhos de investigação que desenvolvem e as comunidades onde tais intervenções ocorrem. É neste sentido que se tem defendido que:

Atualmente, as técnicas de educação e sensibilização patrimonial apresentam-se como ferramentas cruciais para a divulgação e reconhecimento, por parte da população, dos trabalhos desenvolvidos e da importância da preservação dos vestígios culturais, nomeadamente os arqueológicos. Estas desempenham um papel social fundamental, mediando e estimulando o conhecimento sobre a história e o património cultural (Figueiredo, et al. 2017: 228).

Objetivos da Ação Educativa desenvolvida com a comunidade sénior

Neste artigo, centraremos a nossa análise na atividade “Workshop de Arqueologia. Quem Somos Afinal? Em Busca do Passado”, realizado com a comunidade sénior da ACRA. Este workshop, pela sua dinâmica, não apenas tinha como objetivo promover a sensibilização, mas também implementar ferramentas que possibilitassem a avaliação das atividades desenvolvidas.

Através de uma abordagem interativa, procurou-se não só informar os participantes sobre a importância do património arqueológico pré-histórico local, como também envolvê-los ativamente em discussões e reflexões que fomentassem possibilidades de valorização do espaço. A utilização de metodologias ativas, permitiu que os participantes expressassem suas próprias experiências e percepções, enriquecendo assim a troca de conhecimentos.

Adicionalmente, foram incorporadas estratégias de avaliação que permitiram analisar a efetividade das ações implementadas. Estas ferramentas são essenciais para medir o

impacto da atividade sobre a comunidade, possibilitando ajustes e melhorias em futuras iniciativas.

Assim, foram objetivos da atividade:

- Fomentar nos utentes da ACRA a consciência sobre as questões do Património Cultural, incutindo a importância da sua salvaguarda e valorização, enquanto suporte identitário de uma população e testemunho da memória coletiva dos nossos antepassados,
- Capacitar os utentes do Centro de Dia de noções de cronologia histórica, através de referências aos principais acontecimentos da História de Portugal
- Demonstrar o papel relevante que a Arqueologia desempenha, na obtenção de informações sobre o nosso passado e os principais vestígios arqueológicos que se podem encontrar nos períodos mais antigos da História do Homem,
- Promover a valorização da nossa herança histórico-arqueológica e de sentimentos de afeto e de apropriação sobre o património arqueológico, nomeadamente sobre a Anta do Zurrague, esclarecendo o seu simbolismo e relação com o passado.
- Divulgar o trabalho de escavação arqueológica realizado neste monumento.
- Recolher informações orais sobre outros possíveis sítios arqueológicos inéditos.
- Envolver a população sénior no projeto, capacitando-a de conhecimentos, para que também eles se possam ser agentes culturais no seu território.
- Avaliar o nível de relevância que este tipo de atividade, de Educação Patrimonial, pode deter sobre o público sénior.

Metodologia Desenvolvida

O planeamento do workshop foi cuidadosamente elaborado, levando em consideração a faixa etária do público-alvo, nomeadamente na linguagem e recursos utilizados. A didática tem refletido a sua preocupação nas formas como as mensagens são transmitidas, carecendo de estratégias específicas conforme o público-alvo (Figueira da Hora e Porto, 2020). Tratando-se de uma instituição de solidariedade social, foram desenvolvidas reuniões para estabelecer as condições necessárias para a realização da atividade. Dada a heterogeneidade dos frequentadores do espaço, as inscrições foram abertas de forma voluntária, reconhecendo que os participantes poderiam ter diferentes condições de saúde que influenciassem sua capacidade de absorver a aprendizagem proposta.

Para garantir o sucesso da atividade, contámos com a colaboração dos técnicos e seus diretores, que desempenharam um papel fundamental ao disponibilizar diversos recursos. Entre esses recursos, destacam-se a sala destinada ao workshop e o transporte assegurado dos participantes aquando da visita à Anta do Zurrague, uma das ações incluídas na ação desenvolvida.

A programação da atividade foi organizada de forma faseada, permitindo uma adaptação ao horário mais ativo dos participantes. Esta organização visou maximizar a

colaboração e atenção do público, considerando suas rotinas e limitações. Os objetivos de aprendizagem foram direcionados, utilizando uma linguagem simples e acessível nas apresentações, fazendo, sempre que possível, exemplos com elementos locais e situações bem conhecidos pelo grupo participante. Esta abordagem pretendeu estimular os conhecimentos empíricos e experiências comuns nestas idades, promovendo, desta forma, uma certa ligação à temática e um ambiente de diálogo. Em momentos específicos, as atividades foram orientadas para fomentar discussões abertas, permitindo que os participantes compartilhassem suas vivências e experiências pessoais relacionadas com elementos do passado.

Quanto à divulgação do workshop, dada a sua natureza exclusiva para os utentes do Centro de Dia da ACRA, optou-se por uma estratégia de comunicação direta.

Cartazes informativos foram colocados nos placards da instituição, tanto no interior quanto no exterior do espaço, garantindo que todos os utentes e visitantes estivessem cientes da atividade proposta. Essa abordagem diversificada de divulgação visou não apenas informar, mas também criar um clima de expectativa e entusiasmo em relação ao workshop e alimentar conversas prévias entre os mesmos (Fig. 1).

Dessa forma, a planificação e a divulgação do evento foram pensadas para atender as necessidades dos utentes seniores, promovendo uma experiência enriquecedora e acessível, que fortaleceu o vínculo da comunidade com o seu património cultural, atualmente a ser intervencionado pelo projeto MEDICEII, aprovado pelo Instituto Público do Património Cultural.

Com o objetivo de avaliar os conhecimentos pré-existentes do público-alvo e a relevância que esta ação educativa poderia alcançar, foi elaborada uma ficha de avaliação composta por três páginas. Este instrumento, aplicado antes da apresentação em PowerPoint, continha questões relacionadas a conhecimentos culturais, culminando com uma seção específica sobre a Anta do Zurrague (Fig. 2).

Algumas fichas de avaliação foram preenchidas com o auxílio das técnicas da instituição. Essa colaboração foi fundamental para garantir que todos os participantes pudessem contribuir ativamente no processo de avaliação, permitindo uma compreensão mais clara de suas percepções e conhecimentos sobre o património cultural local. A utilização de ficha individual facilitou a recolha e promoveu um ambiente de inclusão, onde cada participante pôde expressar suas opiniões e experiências, contribuindo para um entendimento mais abrangente do impacto da atividade educativa (Fig. 3).

A seguir ao questionário prévio de avaliação decorreu uma apresentação em formato palestra sobre a questão formulada no título do workshop. “Quem Somos Afinal? Em Busca do Passado” (Fig. 4).

Foram abordadas cinco temáticas: 1. Projeto MEDICE II; 2. Património Cultural enquanto bem comum e legado que deve ser transmitido às gerações futuras; 3. Importância da Arqueologia e exemplos de vestígios que se podem encontrar ao longo das épocas passadas; 4. Anta da Zurrague e a sua ligação aos antepassados; 5. Vestígios Arquitetónicos e Arqueológicos no Concelho de Ourém.



Durante o período da manhã queremos estar consigo e explicar-lhe que raízes do nosso passado nós podemos encontrar na nossa região.

Não falte! Estaremos consigo às 10.30h para lhe mostrar de onde viemos, quem foram os nossos antepassados e como aqui chegamos.



Fig.1 - Cartaz do Workshop de Arqueologia



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO	 WORKSHOP DE ARQUEOLOGIA. AFINAL QUEM SOMOS? 
Nome:	Data: 19/07/2024

Prezado Participante, para aperfeiçoar os próximos trabalhos educativos, gostaríamos de pedir a sua colaboração no preenchimento deste questionário. A sua resposta é de extrema importância para nós. Desde já os nossos agradecimentos.

Divulgação do Projeto de Arqueologia	
1. Como tomou conhecimento desta atividade? (Escolha as respostas corretas para si)	<input type="radio"/> Pelas técnicas no Centro <input type="radio"/> Cartaz na ACRA <input type="radio"/> Conversa com amigos, vizinhos, etc. <input type="radio"/> Outro. Qual? _____
2. Já ouviu falar do projeto Médice II, que está a decorrer em Alburitel?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quanto à Educação Patrimonial	
3. É a primeira vez que participa em atividades no âmbito da arqueologia?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não. Onde? _____
4. No decorrer deste ano já visitou algum Museu, Monumento ou participou em algum evento cultural?	<input type="radio"/> Não. <input type="radio"/> Sim. Quantos? _____. Onde? _____ _____
5. Sabe o que significa Património?	<input type="radio"/> Não. <input type="radio"/> Sim. Qual? _____

Fig. 2 - Imagem da primeira página da ficha.



Fig. 3 - Fotografia de um dos participantes a preencher a sua ficha de questionário.



Fig. 4 - Apresentação do Workshop

Após a apresentação, seguiu-se uma pequena exposição de vários artefactos provenientes de escavações do projeto MEDICE, que poderiam assemelhar-se aos encontrados na Anta do Zurrague, em Alburitel. A visualização e a manipulação dos artefactos líticos e cerâmicos reais permitiram iniciar uma discussão sobre a sua funcionalidade, evolução e durabilidade até aos nossos dias (Fig. 5).

Para fomentar um maior dinamismo e estimular a capacidade de análise crítica *in loco*, foi organizada uma visita ao sítio arqueológico quando a equipa de arqueologia estava em intervenção. Durante esta visita, foi proporcionado um enquadramento sobre o megalitismo e a estrutura de dólmen a ser escavada, permitindo que os participantes compreendessem o contexto em que se insere a Anta do Zurrague (Fig. 6).



Fig. 5 - Foto da mostra expositiva dos artefactos da Anta do Rego da Murta.

Os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar e observar as técnicas arqueológicas em prática, bem como o modo como os vestígios emergem do solo durante as escavações. A equipa de arqueologia explicou detalhadamente o processo metodológico de registo, enfatizando a importância de documentar cada etapa da investigação. Essa experiência prática não só enriqueceu o conhecimento dos participantes sobre os métodos arqueológicos, como promoveu uma apreciação mais profunda do património arqueológico, ao permitir que observassem diretamente os

trabalhos científicos e todo o cuidado no processo de registo. Como se trata de um local que apresenta enterramentos os participantes puderam observar e confirmar as informações que lhes foram passadas anteriormente pela observação da presença de vestígios osteológicos humanos (Fig. 7).



Fig. 6 - Foto da interação junto da anta.



Fig. 7 - Anta do Zurrague. Fotografia do grupo aquando a visita ao local.

De regresso à ACRA foi realizado com o grupo um *debriefing* final, onde lhes foi, mais uma vez, distribuída nova ficha para análise da afetação da atividade de Educação Patrimonial.

Por fim, fomentou-se um período de conversa mais informal com o grupo de utentes da ACRA, com o intuito de se recolherem informações orais sobre outros locais arqueológicos, histórias ou lendas que conhecessem, criando, nesta fase, possíveis condições para a descoberta de novos locais arqueológicos (Fig. 8).



Fig. 8 - Fotografia da conversa informal na ACRA.

Avaliação dos Resultados do Projeto Educativo

Nesta atividade participaram 16 utentes, 9 do sexo feminino e 7 do sexo masculino. Destes, somente 8 responderam ao questionário em ambas as fases, pré e pós atividade, pelo que somente iremos focar os resultados neste conjunto. Os restantes, por motivos vários, sobretudo ligados à saúde, não realizaram o último processo.

As questões foram divididas em quatro temáticas que se consideraram pertinentes, verificando-se um número de diferentes perguntas em cada delas (tabela 1).

Temáticas	Nº de questões colocadas
I. Sobre projetos culturais e de arqueologia local	4
II. Sobre conceitos de património cultural	1
III. Sobre a ciência da Arqueologia e atividade	2
IV. Sobre um dos sítios arqueológicos locais (Anta da Azurrague)	5

Tabela 1: Tabela com as temáticas avaliadas e n.º de questões incluídas.

Na quarta temática optou-se por se focar no sítio arqueológico conhecido que se localiza na maior proximidade à Aldeia de Alburitel e à ACRA. Este encontra-se a uma distância inferior a 2 km. Optou-se também por uma referência edificada que fosse a mais evidente ao conhecimento coletivo do grupo.

Atendendo à diversidade, a avaliação à aprendizagem foi realizada sobre a temática e não sobre as questões individuais colocadas. Avaliar a aprendizagem com base nas temáticas, em vez de nas questões individuais, permite uma visão mais completa do conhecimento adquirido. Isso é fundamental para compreender a eficácia do ensino em relação às vivências e à absorção de conteúdo pelos participantes. A ênfase em entender se os participantes aprenderam de forma crítica e construtiva também reflete uma abordagem pedagógica centrada no aluno, mais personalizada, onde o objetivo não é apenas a retenção de informação, mas a capacidade de refletir e aplicar o conhecimento adquirido. Acreditamos que esta seja a metodologia correta para tornar este grupo mais ativo como agente replicador da consciencialização para a salvaguarda do património cultural.

Cada temática foi escolhida com base na relevância para a comunidade e no potencial de aprendizagem. As questões foram diferentes entre o primeiro questionário e o segundo. A variação nas questões (descritivas, escolha múltipla, imagens) foi pensada para atender às diferentes capacidades e estilos de aprendizagem dos participantes. Isso é especialmente importante quando se trabalha com um público que pode ter limitações cognitivas ou de saúde. É importante, nesta classe, ter em conta o reconhecimento das condições de saúde mental e física dos participantes. O método adotado respeita as limitações individuais, permitindo um ambiente mais inclusivo e acolhedor que favorece uma formação sem pressões, garantindo uma maior receptividade ao processo.

Na análise dos dados obtidos no questionário, foram criados critérios que nos permitiram avaliar se a atividade implementada foi ou não positiva. Tendo em conta que a avaliação foi realizada sobre um universo pequeno, de apenas 8 participantes, considerou-se que entre as respostas obtidas antes da atividade e após a sua realização, seria positivo se tivéssemos mais 1 ou 2 respostas consideradas certas, e a partir de 3, muito positivo.

I. Projeto MEDICE II			
Questão	Antes da atividade	Após	Análise
Já ouviu falar do projeto Medice II	3	8	Muito positivo
Já participou em atividades de arqueologia?	0	8	Muito positivo
Já tinha participado em eventos culturais em 2024?	2	8	Muito positivo
Gostou de participar no Workshop de Arqueologia?	0	8	Muito positivo
II. Património Cultural			
Questão	Antes da atividade	Após	Análise
Identifica Património como bem comum	0	5	Muito positivo
III. Arqueologia			
Questão	Antes da atividade	Após	Análise
Sabe o que é a Arqueologia	4	7	Muito positivo
Ligar imagens de guerreiro à Época em que viveu	7	7	Manteve-se
IV. Anta do Zurrague			
Questão	Antes da atividade	Após	Análise
Sabe o que é uma anta ou dólmen?	5	8	Muito positivo
Época da construção das antas	3	4	Positivo
O que se pode encontrar neste monumento	4	6	Positivo
Conhece a Anta do Zurrague	4	8	Muito positivo
Identificar a foto da Anta do Zurrague	2	6	Muito positivo

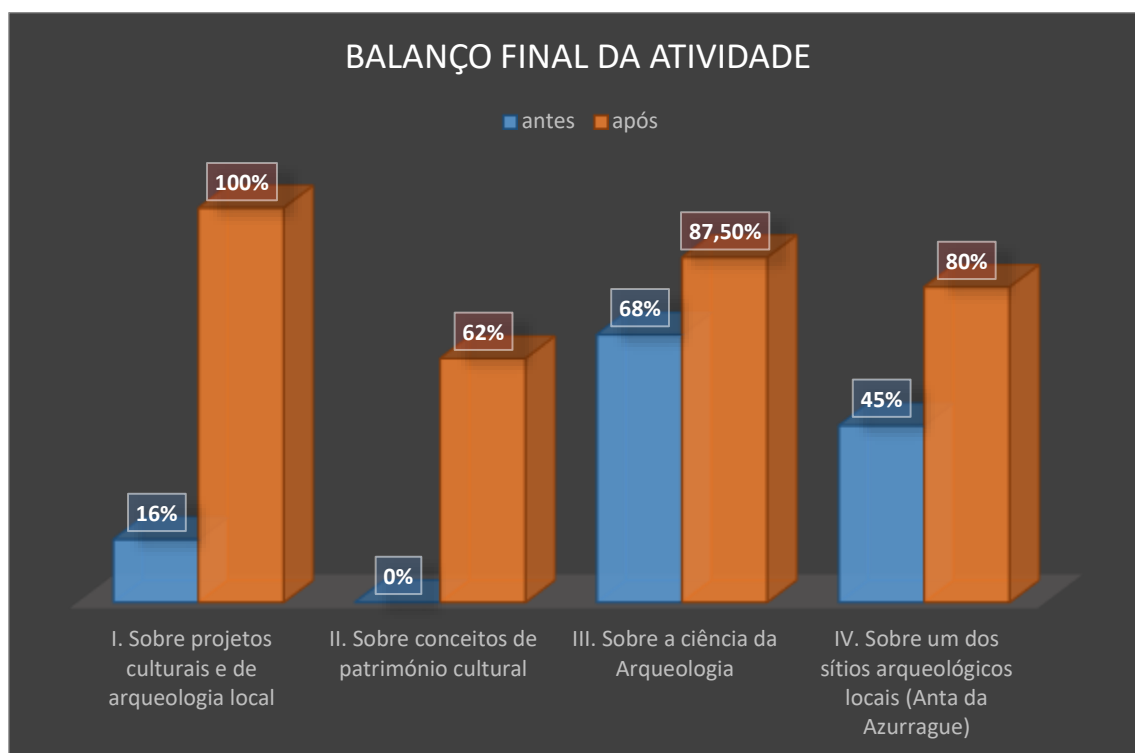
Tabela 2: Tabela com os temas em estudo e a análise das questões.

Da análise dos resultados do grupo depreendeu-se que esta tinha sido a sua primeira atividade de arqueologia. Do grupo, somente (25%) foram a eventos culturais no corrente ano e (37%) tinham ouvido falar no projeto MEDICE II.

No final considerou-se que a implementação desta primeira temática foi muito positiva, quando todos os participantes responderam que gostariam de voltar a participar neste tipo de atividades e reconhecem o projeto MEDICE II como relevante para a região (100%).

Percecionando os dados, inicialmente, o significado de Património encontrava-se para eles intrínseco nos bens pessoais, no final, (superior a 75%), mencionaram que o termo Património pode ser muito mais abrangente, e pertença com direitos e deveres a poder serem assumidos por todos. Esta segunda temática foi avaliada muito positivamente (de 0 passou-se para 5 respostas corretas).

Após a atividade verificamos que 85% compreendeu o que se trata a Arqueologia (um acréscimo muito positivo de 4 para 7 respostas), bem como foram capazes de descrever e entender o fator da antiguidade humana. Concernente à temática das antas, no final do Workshop, 100% dos utentes responderam assertivamente sobre a sua funcionalidade (de 5 para 8 respostas corretas), 75% sobre o espólio encontrado, 65% referiram uma cronologia da Pré-História, e 75% conseguiram identificar a foto da Anta do Zurrague, entre outras apresentadas (de 2 para 6 respostas). A avaliação destas temáticas, III e IV, também foi considerada muito positiva. Os resultados podem ser considerados bastante positivos e visíveis no gráfico seguinte:



Considerações Finais

O Património Cultural, em suas diversas vertentes, não apenas potencia a identidade das comunidades, como também se apresenta como uma fonte de riqueza, atraindo turistas e impulsionando a economia local.

Neste contexto, a Educação Patrimonial emerge como uma ferramenta crucial. Através de atividades culturais, é possível conectar a sociedade facilitando a aquisição de conhecimentos sobre a história local e promovendo um maior entendimento do seu património. Essa sensibilização é vital para a manutenção e preservação futura dos bens culturais.

A partir de uma atividade como o “Workshop de Arqueologia. Quem Somos Afinal? Em Busca do Passado”, os utentes do Centro de Dia foram sensibilizados para a preservação do seu Património Cultural e informados do que estava a ocorrer na sua freguesia, principalmente na Anta do Zurrague. A escolha deste sítio arqueológico permitiu assegurar que os participantes pudessem estabelecer uma conexão pessoal e emocional com o local, potencializando o interesse e a aprendizagem, especialmente para um público mais idoso que pode ter experiências diretas relacionadas.

Torna-se relevante e visível o anterior trabalho do projeto MEDICE II, sendo que alguns elementos já tinham ouvido falar pelas anteriores atividades decorrentes do mesmo. Isto significa que se torna relevante uma aposta no desenvolvimento de ações do género, ainda que ocorram em pequenos grupos, para garantir uma adaptação da linguagem e uma passagem de informação eficaz.

Esta atividade fomentou a emergência de novos agentes ativos de salvaguarda, pois estes, ao transmitirem estes novos conhecimentos no seu círculo familiar e de amigos, como comprovado, no dia seguinte, quando alguns deles foram com suas famílias assistir ao II Seminário “Ourém no Centro do Conhecimento”, desenvolvido na sua Junta de Freguesia, eleva a capacidade de difusão dos objetivos propostos no início do evento. Todos os participantes do workshop expressaram um entusiasmo significativo pela experiência, manifestando o desejo de se envolver em futuras iniciativas semelhantes. Demonstraram uma grande apreciação pela exploração da vida quotidiana dos nossos antepassados e pela “viagem ao passado” proporcionada pelos vestígios arqueológicos, o que reafirma a eficácia de tais atividades na promoção de um legado cultural duradouro.

Desta forma, é notório que a realização do workshop de Educação Patrimonial no Centro de Dia da ACRA teve um impacto significativo na conscientização e valorização do património cultural entre os utentes seniores. Através de uma abordagem adaptada às necessidades deste público, conseguimos fomentar uma maior compreensão sobre a importância da salvaguarda e valorização do património como um suporte identitário e testemunho da memória coletiva.

Os objetivos do workshop foram cumpridos, proporcionando aos participantes noções de cronologia histórica e demonstrando a relevância da ciência na obtenção de informações sobre o passado. A experiência direta com a Anta do Zurrague, acompanhada de uma visita ao sítio arqueológico em intervenção, possibilitou aos

utentes não apenas uma vivência prática, mas também uma apreciação mais profunda dos vestígios arqueológicos.

A análise dos resultados do projeto educativo revelou uma evolução significativa nas perceções dos participantes. A maioria dos utentes, que anteriormente considerava o conceito de património restrito a bens pessoais, passou a compreender sua abrangência e importância coletiva. Além disso, as respostas indicaram um aumento notável no conhecimento sobre a funcionalidade dos monumentos e sítios pré-históricos.

Em conclusão, os dados observados pela análise demonstram que, ao envolver a população sénior em iniciativas de Educação Patrimonial permite-nos: promover a educação e consciencialização cívica cultural, capacitá-los a se tornarem agentes culturais em seu território, fortalecer os laços entre a comunidade e o seu património, a criar condições para futuras investigações pelo interesse no valor e reconhecimento da ciência e passado e, com tudo isto, enriquecer a memória coletiva da comunidade.

Agradecimentos:

Agradece-se ao Centro de Geociências Universidade Coimbra (FCT DOI 10.54499/UIDP/00073/2020), ao Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático, do Instituto Politécnico de Tomar, ao Centro de Investigação de Ciências Históricas da Universidade Autónoma de Lisboa, à ONG CAAPortugal, à ACRA, à Junta de Freguesia de Alburitel e à Camara Municipal de Ourém.

Bibliografia

BAIMA, C.; BIONDO, F.; NITO, M. K. (2015). Educação Patrimonial no Campo da Arqueologia: desafios e contribuições. *Rer. Arqueologia Pública, Vol. 9*. II Semana de Arqueologia da UNICAMP, História e Cultura Material: Desafios da Contemporaneidade: 1-11.

BARRANHA, H. (Org.) (2016). *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. IST PRESS e ICOMOS-Portugal: 133p.

BEZERRA, M. (2010). Arqueólogos e Comunidades Locais no Projeto de Educação Patrimonial. In, NAJJAR, R. (Org.). *Arqueologia no Pelourinho. Programa Monumenta* (pp.167-184). IPHAN, Brasília.

BEREZOWSKI, W. (2016). *Educação Patrimonial: conhecer – valorizar – preservar*. Relatório de Estágio. Pós-Graduação em Arqueologia, Gestão e Educação Patrimonial. Instituto Politécnico de Tomar: 76p.

CARTA DE CRACÓVIA (2000). *Princípios para a conservação e restauro do Património construído*.

ENCARNAÇÃO, J. d' (2024). Ensinar o Património. *O Ideário Patrimonial, 19*: 107-113.

FIGUEIRA DA HORA, J.; PORTO, V. (2020). Património cultural, arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. *Veredas - Revista Interdisciplinar de Humanidades*, vol. 3: 141-156.

<https://doi.org/10.56242/revistavereda;2020;3;6;141-173>

FIGUEIREDO, A.; MONTEIRO, C.; SILVEIRA, A. e LOPES, R. (2020). Como os projetos de Arqueologia podem contribuir para uma comunidade culturalmente mais consciente. In, *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão* (pp. 327-336). Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

FIGUEIREDO, A.; LOPES, R.; SIMÕES, S.; MONTEIRO, C.; SILVEIRA, A. (2017). A memória como ferramenta de pesquisa e investigação arqueológica. In, *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão* (pp. 227-235). Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

FIGUEIREDO, A.; BEREZOWSKI, W. (2017). A Educação Patrimonial como via para uma comunidade arqueologicamente mais consciente: o caso do complexo megalítico de Rego da Murta - Portugal *Temporis (ação)*. *História, Letras e Educação*, vol. 17, n.º 1: 65-87.

GAMBIM JÚNIOR, A.; LIMA, J. (2020). Aproximações entre Arqueologia, Educação Patrimonial e diferentes segmentos da sociedade. *Revista Escritas*, Vol. 12: 144-164.
<https://doi.org/10.20873/vol12n2pp144-164>

HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, Brasília: 58p.

LEI n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Patrimônio Cultural.

LIMA, T. A. (org.). (2007). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 33: 252p.

LOPES, R.; FIGUEIREDO, A.; MONTEIRO, C.; SILVEIRA, A.; SIMÕES, S. (2020). Importância da Educação Patrimonial para a salvaguarda e reconhecimento do património local. In, Gomes, S. A. (Coord.), *Anais Leirienses, estudos & documentos*, n.º 7 (pp. 287-298). Hora de Ler, Leiria.

LUZ, J. A. R.; FACCIO N. B.; DI BACO (2008). Arqueologia e Educação Patrimonial. *Revista Tópos* Vol. 2, N.º 1: 8-19.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. (2009). Educação patrimonial em arqueologia e preservação patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul, Brasil. In, *III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridos*, Campo Grande.

MEDEIROS, M. C. de; SURYA, L. (2009). A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In, *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História* (pp. 1-9). Fortaleza.

PINTO, H. (2016). *Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Porto: 406p.

ROCHA, T. S. F. (2012). *Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF*. XVIII Encontro Regional (ANPUH MG): 1-12.

SILVA, G.; SOARES, E.; SILVA, M.; MIRANDA, N.; SANTANA, C. (2015). Educação Patrimonial em locais degradados pelo turismo predatório: o exemplo do sítio arqueológico da Caverna Tiquara. *Gestão Universitária*, vol. 4: 1-15.

SOLÉ, G. (Org.) (2015). *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Centro de Investigação em Educação, Instituto de educação. Universidade do Minho, Braga. 452p.

UNESCO (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*.

VALENTIM, D.; PONTUAL, V.; LORETTO, R. (2022). A noção de significância cultural segundo teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros. *Revista CPC*, Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, vol. 17: 10-31. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p10-31>

VIEIRA, J.; SANTANA, J.; SANTANA, C. (2024). Educação ambiental e educação patrimonial a partir das temáticas arqueologia e caverna. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n.º 8: 1-14. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n8-152>.

IGREJA DO SENHOR SALVADOR DO MUNDO: PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E (RE)INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

CHURCH OF SENHOR SALVADOR DO MUNDO: PRESERVATION, VALORIZATION AND (RE)INTEGRATION IN THE COMMUNITY

Carolina Subtil Pereira

(CHAM-NOVA/FCSH)

anacarolinasubtilpereira@gmail.com

Paula Cassiano

(Investigadora independente)

paula.cassiano@gmail.com

Resumo

É possível traçar a história da região de Almoster, Alvaiázere, a partir do século XIII. Estando ligado ao Mosteiro de Lorvão e, depois, ao Colégio de São Paulo de Coimbra, este território chegou a ser alvo de disputa entre entidades e particulares ao longo dos séculos. A «Igreja Velha» de Almoster está intimamente relacionada com a história da região onde está implantada e, até à década de setenta do século XX, foi parte integrante e importante da vida da comunidade.

A construção de uma nova igreja paroquial e a venda da antiga igreja a particulares, ditaram a sua deterioração e a ruína em que se encontrou até 2019. Nesse ano, uma iniciativa da autarquia local, que pretendia reabilitar o edifício e salvaguardar aquilo que restava da velha igreja, obteve financiamento de fundos europeus de modo a proceder à sua (re)integração na comunidade. Passados cinco anos, este projeto é agora um exemplo a nível local e regional, nos âmbitos patrimonial, arquitetónico e museológico.

É inegável a importância da herança religiosa local para a definição de uma comunidade e dos seus comportamentos coletivos. A reabilitação de um edifício que, até há poucas décadas, tinha uma importância central no quotidiano comunitário, torna-se relevante no sentido em que ajuda a moldar a memória coletiva popular, além de se assumir como um importante veículo para a educação patrimonial não-formal.

Palavras-chave: património cultural; conservação; sustentabilidade; educação patrimonial

Abstract

It is possible to trace the history of Almoester, Alvaiázere from the 13th century onwards. Being linked to the Monastery of Lorvão and later to the College of São Paulo in Coimbra, this territory became subject of dispute between entities and individuals over the centuries. The «Igreja Velha» of Almoester is closely related to the history of the region where it is located. Until the 1970s, it was a vital and important part of the community life.

The construction of a new parish church, as well as the sale of the old church to a cooperative and later to the local Parish Council led to its deterioration and ultimately its ruin. It remained in this condition until 2019. That year, an initiative by the local authority - which intended to rehabilitate the building and safeguard what was left of the old church - obtained support from European funds in order to proceed with its (re)integration into the community. Five years later, this project is now an example both at local and regional level, in terms of heritage and architecture.

The importance of religious local heritage for defining a community and its collective behavior is undeniable. The rehabilitation of a building that a few decades ago had a central importance in the daily life of the community, becomes relevant in the sense that it helps to shape the popular collective memory, in addition to assuming itself as an important vehicle for non-formal heritage education.

Keywords: cultural heritage; preservation; sustainability; heritage education

Introdução

A freguesia de Almoester situa-se no extremo poente do concelho de Alvaiázere, Leiria, implantada num vale fértil atravessado por um curso de água, que ainda hoje serve a comunidade. Esta freguesia rural, onde as atividades agrícolas e florestais são a principal forma de subsistência, tem cerca de 600 habitantes (INE, 2022).

Foi esta pequena aldeia que nos últimos anos assistiu a uma importante obra arquitetónica que permitiu a preservação e reconstrução das ruínas da antiga igreja paroquial, que se encontravam num estado de degradação total. Dessa forma, o edifício renovado tornou-se um centro de interpretação histórica onde o passado e o presente se cruzam numa perspetiva de sustentabilidade futura. A «Igreja Velha» de Almoester tornou-se então um importante exemplo de sucesso na recuperação de edifícios históricos na região e mesmo em todo o país. A comunicação social apelidou-a até de «O ‘milagre’ da recuperação da igreja perdida» (Luz, 2022).

Almofter ao longo dos séculos

Rastrear o(s) poder(s) de influência de Almofter ao longo do tempo não é uma tarefa simples, já que diversas entidades externas demonstraram interesse pelo território, essencialmente devido à existência de uma capela e de uma estalagem, que eram uma fonte de rendimento.

Almofter assumiu-se sempre como um local de passagem de viajantes, peregrinos e transeuntes uma vez que o seu território era atravessado pela antiga estrada que ligava Ansião à Freixianda, que conferia um movimento significativo à aldeia e justificava a existência de tal estalagem (Fig. 1).

As informações mais antigas que encontramos sobre Almofter datam do século XIII, quando o território estava na posse do Mosteiro do Lorvão, situado a cerca de 70 km a norte do território de Almofter. Em poucas décadas, porém, a administração passou para a Coroa (1266), que sucessivamente a transferiu para as mãos de vários particulares, como se pode verificar no gráfico seguinte (para uma cronologia completa cfr. Portela, 2017).

Ao longo das décadas seguintes, a Coroa manteve alguma influência no território almofterense através de donativos a entidades que se comprometeram a melhorar tanto a capela como a estalagem. O Mosteiro de Lorvão, no entanto, nunca deixou de ter autoridade e interesse naquela região, já que no século XVII o mosteiro ainda recebia as rendas sobre a igreja paroquial de Almofter.



Fig. 1 - Pier Maria Baldi, *Estalagem da Gaita* em Almofter, 1699.

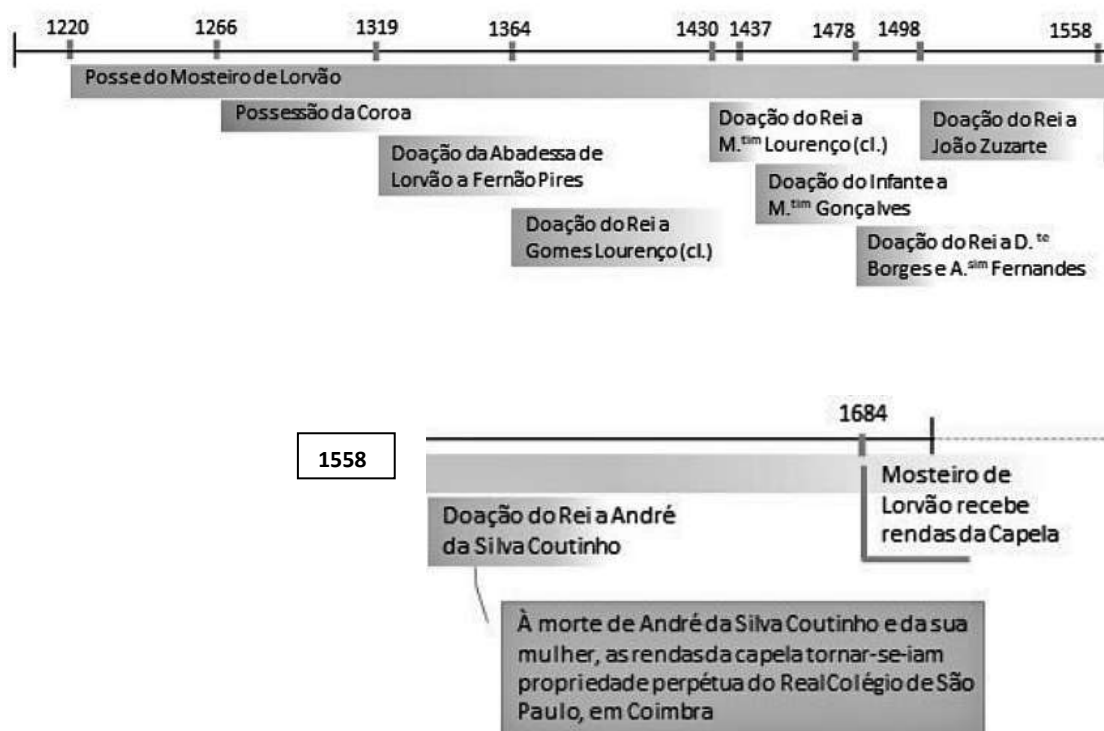


Fig. 2 - Cronologia administrativa de Almoester

Em 1558, o rei português D. Sebastião doou a capela de Almoester a André da Silva Coutinho e à sua mulher, uma vez que o antigo administrador havia falecido. Segundo os documentos de fundação do Real Colégio de São Paulo em Coimbra, porém «Tinha mandado o Sereníssimo Fundador [D. João III] aplicar, e unir para sempre ao Collegio de S. Paulo a Capella de S. Salvador de Almoester» (Portela, 2017: 98). Ao tomar conhecimento disto, D. Sebastião decidiu então que, à morte de André da Silva Coutinho e de sua mulher D. Francisca de Castro, a administração e os rendimentos da capela passariam a ser propriedade perpétua do Real Colégio de São Paulo.

As doações deste território a particulares ou instituições da confiança do rei permitiram a descentralização administrativa, numa relação simbiótica benéfica para ambas as partes:

«o senhor, fosse ele um indivíduo leigo (um nobre) ou uma entidade eclesiástica (sé, casa religiosa...), desempenhava assim um conjunto de funções que iam desde a produção agrícola até à aplicação da justiça, à cobrança de tributos ou à organização da defesa e da segurança dos que habitavam o senhorio. Delegada pelo rei ou apropriada pelo senhor, esta autoridade impunha-se localmente num quadro em que o poder central estava distante ou era frágil.» (Ramos et al., 2009: 65).

No início do século XVIII, em 1713, parece haver algumas disputas relativamente à posse de terrenos entre o Real Colégio de São Paulo e o Mosteiro de Lorvão, uma vez que a capela administrada pelo Real Colégio confinava com as terras do Mosteiro. Em 1721 no manuscrito «Notícias das Villas e lugares da comarca de Coimbra», esclarece-se que:

«Em este Conselho de Almoester ha huma Capella [...] de que he perpetuo administrador o Real Collegio de Sam Paulo da Cidade de Coimbra por merçe que lhe fizeram os Senhores Reis antigos deste Reino [...] e ao dito Collegio pagam todos os moradores do dito Conselho reçam de pam vinho e linho (...). Da Igreja Parochial aonde ouuem missas os moradores deste Conselho he padroeiro o Senhor Saluador do Mundo e fabrica mayor della a Madre Abbadeça do Real Conuento de Loruam e como tal apresenta em a dita Igreja os Prochos e he senhora dos dízimos dessa freguesia» (Portela, 2017: 100).

Dessa forma, entende-se que no século XVIII as duas entidades obtinham rendimentos pagos pelos habitantes de Almoester: o Real Colégio recebia todos os anos uma porção de pão, vinho e linho; e ao mesmo tempo o Mosteiro de Lorvão recebia os dízimos dos fregueses. Estas duas entidades foram, portanto, os dois principais impulsionadores do desenvolvimento desta pequena aldeia até à contemporaneidade.

Igreja do Senhor Salvador do Mundo: o edifício na comunidade

A antiga Igreja Paroquial de Almoester, construída possivelmente no século XVII, é caracterizada por uma planta longitudinal outrora composta por capela-mor, sacristia e nave retangular (Fig. 3). Na parede esquerda existem duas portas que davam acesso ao coro alto e ao púlpito, bem como um pequeno nicho; o lado oposto é caracterizado por três aberturas (dois janelões com gradeamento em ferro e uma porta, ambos de molduras retas) e um arco pleno em cantaria decorado com motivos geométricos (losangos) esculpidos.

Parte das paredes eram decoradas por um conjunto de azulejos hispano-mouriscos inspirados num padrão de alicatado formado por motivo radial, alternando motivos geométricos (estrelas, losangos) de diferentes cores (azul, negro, branco e amarelo) que datam do ano de 1503 e são da autoria de Fernan Martínez Quijarro e Pedro Herrera, com oficina em Sevilha (Loureiro, 1992).

A igreja possuía altares com particularidades maneiristas e neoclássicas (Fig. 4a) de extraordinária beleza, de onde se destacava a figura de Senhor Salvador do Mundo, entre outras. A porta que daria acesso à sacristia, de moldura reta em cantaria (Fig. 4b) era caracterizada por uma decoração em relevo formando motivos vegetalistas (flores) e motivos geométricos (losangos com flores ao centro), bem como corações.

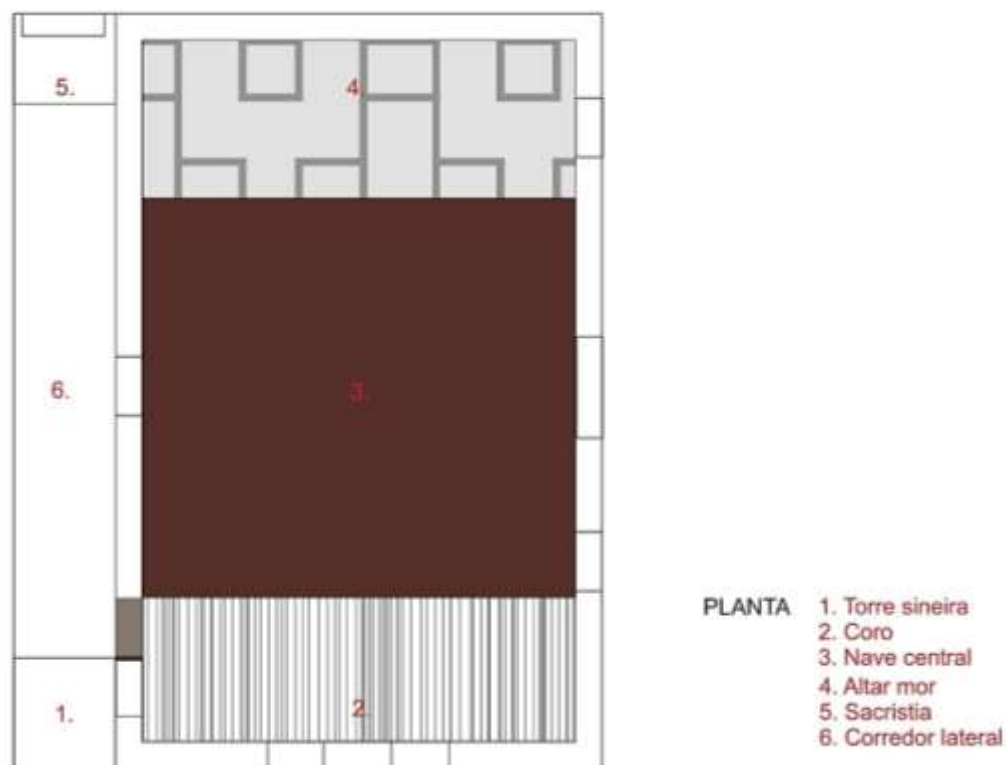


Fig. 3 - Planta da «Igreja Velha» de Almoester



Fig.4 - Ruínas da *Igreja Velha*: (a) arco de cantaria do altar-mor (à esquerda) e (b) porta de acesso à sacristia (à direita), com moldura decorada por motivos vegetalistas e geométricos. (Fonte: arquivo do autor).

Após a construção da Igreja, o edifício tornou-se parte fundamental da vida comunitária (Fig.5), já que na altura a religião católica em Portugal estava inscrita na ruralidade e na tradição, sendo amplamente professada pela comunidade local. Além disso, a vida pública centrava-se na igreja paroquial: em torno dela construía-se casas, o toque do sino pautava o dia-a-dia da aldeia e o padre tinha uma importância central na vida e na moral da população, garantindo a permanência das normas sociais estabelecidas (Coutinho, 2019: 59). Numa época em que não existia separação entre a Igreja e o Estado, a igreja paroquial influenciava a vida dos indivíduos desde a cerimónia do batismo ao rito fúnebre, passando pela celebração do casamento, pelas missas semanais ou pelos dias festivos de celebração dos santos católicos.



Fig.5 - Vista geral da *Igreja Velha* (c. 1960) (Fonte: SIPA FOTO.00793855. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00023007)

No dealbar do século XIX, o quotidiano da aldeia foi perturbado por questões políticas internacionais. Em 1806, Napoleão impôs o *Bloqueio Continental*, decretando o fecho dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Mas Portugal, que estava dependente dos britânicos a vários níveis e que sempre tinha preservado boas relações com este país, não acatou esta imposição francesa. Como resultado, entre 1807 e 1811,

Portugal foi invadido por hordas militares francesas, que deixaram um rasto de destruição por todo o território.

A região de Alvaiázere foi profundamente afetada: as aldeias ficaram despovoadas à medida que os habitantes foram obrigados a abandonar as suas casas e a refugiarem-se nas montanhas ou em regiões mais seguras; os exércitos franceses destruíram colheitas e provisões alimentares, através de incêndios ou pilhagens; os populares foram ameaçados, injuriados e, em alguns casos, assassinados. A igreja paroquial de Almoester também foi afetada, como confirma uma carta do Cura paroquial, datada de 20 de junho de 1811:

«A Igreja foi “roubada pelos Inimigos de tudo o que era precioso, como dois cálices, únicos que havia, o vaso do sacrário, a custódia, as cruces do povo e do Santíssimo Sacramento, tudo de prata, todos os corporais, alvas e toalhas, algumas estolas, todos os cordões, o Livro dos Óbitos e Casamentos e mais Livros das Confrarias”. Umas e outras “coisas furtaram e queimaram”. Também desapareceu “o Relicário, Turíbulo, e naveta, a lâmpada do Santíssimo Sacramento e um [...] Missal”.» (Rodrigues, s.d.: 391-392).

Os danos perpetrados pelas forças invasoras levaram a extensas intervenções arquitetónicas na capela durante o século XIX. No século seguinte, porém, o edifício deixaria de ser utilizado para fins religiosos.

Nos anos 1950, devido à degradação e aos danos causados pela humidade, foram iniciadas diligências para a construção de um novo espaço de culto. A construção de uma nova igreja paroquial ficou concluída na década de 1960, altura em que a Igreja do Senhor Salvador do Mundo foi desafeta do culto: terminava assim a influência deste monumento como elemento fundamental da vida na freguesia de Almoester. A consequente degradação desta igreja agravou-se com a sua venda a uma cooperativa, à utilização imprópria das suas instalações (nomeadamente como garagem, armazéns de farinha ou de material avícola) e ainda devido à destruição da torre sineira para a construção de um anexo-armazém. Em 1996, um incêndio que deflagrou nestes armazéns contribuiu em mais larga escala para a sua deterioração (Fig.6b).

Embora a comunidade tenha aprovado a construção de uma nova igreja, os habitantes nunca concordaram com a venda do antigo edifício a particulares, nem com a sua utilização como armazém. Ao longo dos anos, a situação causou um aumento da indignação pública que atingiu os meios de comunicação.

Atendendo aos desejos da população, em 1997, a Junta de Freguesia voltou a tomar posse sobre o imóvel através da sua compra, com o intuito de repor o seu valor patrimonial. No entanto, três décadas de má gestão criaram danos externos de difícil resolução. Em 2005 foram realizadas algumas obras para evitar a degradação estrutural das paredes, mas questões financeiras impediram a continuação das intervenções no edifício.



Fig. 6 - Vista geral do edifício: (a) em c. 1960, usado como Igreja Paroquial e ainda com a sua torre sineira e (b) por volta do ano 2000, as ruínas da mesma igreja com um armazém no local onde se encontrava a torre sineira. (Fontes: (a) SIPA FOTO.00793856. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00023007, (b) arquivo do autor).



Fig. 7 - Manchete num jornal local
(Fonte: Jornal «Diário Popular», 12 de janeiro de 1984: 10)

Dessa forma, nos últimos 20 anos pouco se fez para preservar as ruínas desta construção religiosa. A oportunidade para tal surgiu com a candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, num projeto que pretendia requalificar o edifício e a sua envolvente, de forma a preservar a essência da antiga Igreja, mas também a redesenhá-la para se adequar às dinâmicas contemporâneas da comunidade (Junta de Freguesia de Almoster, 2017).

Requalificação: 2019-2022

O projeto de requalificação do espaço onde se insere a «Igreja Velha» visou a criação de um Centro Interpretativo através de um pequeno ecomuseu onde os membros da comunidade se pudessem tornar «atores» dos seus próprios costumes e tradições, criando um espaço de cultura e de lazer para todos os habitantes, mas também capaz de captar o interesse de terceiros.

O objetivo fundamental desta candidatura passou pela conceção de um local que explicasse a história da aldeia, mantendo a sua memória cultural e religiosa, sem desvirtuar a essência do edifício que em tempos existiu, por meio de uma requalificação/conservação assente na recuperação das estruturas existentes e na melhoria dos espaços envolventes; por outro lado houve também a preocupação em tornar este projeto energeticamente autossuficiente através do uso da energia solar e da potencialização do recurso hídrico existente nas proximidades do edifício que marca, ainda hoje, o quotidiano rural da aldeia e sobre o qual falaremos adiante.

Por se tratar de um conjunto arquitetónico que sofreu intervenções ao longo de vários séculos foi importante, em primeiro lugar, reconhecer os elementos a preservar. Referimo-nos, por um lado, aos componentes originais do edifício, bem como a uma sucessão de intervenções decorativas posteriores. Assim, o projeto de conservação e restauro consistiu numa recolha rigorosa e exaustiva de informação, nomeadamente sobre a sua estrutura, os materiais e componentes em madeira e ferro, a pintura e também a pedra de cantaria. Para manter a integridade dos elementos decorativos, foram utilizados materiais tão idênticos quanto possível aos já existentes, evitando-se também a remoção de constituintes que pudessem ser preservados (Fig. 8).



Fig. 8 - Requalificação: (a) antes e (b) depois. Vista da parte traseira da sacristia.
(Fonte: arquivo do autor)

A intervenção centrou-se na conservação dos elementos patrimoniais, com a consolidação das paredes existentes como forma de impedir uma maior degradação das ruínas. Para além disso, optou-se por criar uma espécie de anfiteatro no interior do edifício, através da instalação de uma «zona de palco» e de bancos (Fig. 9) com as condições necessárias para receber exposições ou recriações etnográficas.



Fig. 9 - Requalificação: (a) antes e (b) depois. Vista do interior do edifício.
(Fonte: arquivo do autor)

Desde o início, este projeto pretendeu restituir o edifício ao seu *layout* original. Assim, o prolongamento construído como armazém na década de 1970, no local onde anteriormente se situava a torre sineira (figura 6), foi demolido durante o processo de reabilitação, por se tratar de uma construção moderna, sem ligação ao edifício religioso que se intentava recuperar.

Para além dos trabalhos que se desenvolveram no interior do edifício, houve ainda uma preocupação com o espaço exterior, de modo a torná-lo coeso e em harmonia com o espaço natural envolvente, bem como com a paisagem. Foi, por isso, importante o cultivo de espécies autóctones no adro da igreja, nomeadamente a oliveira, o carvalho-português, o rosmaninho, a alfazema, entre outras espécies; foi também importante o aproveitamento do recurso hídrico existente nas proximidades para permitir a irrigação destas novas plantas.

Para isso, levou-se a cabo a reconstrução de uma levada, que se caracteriza por um sistema de canais que conduzem e desviam a água conforme as necessidades: além de ser uma forma ecológica de manutenção e regadio do jardim, é ainda um testemunho da importância deste sistema de irrigação na história da comunidade, que permite a partilha da água com os habitantes vizinhos.



Fig. 10 - A levada construída no adro da Igreja (2023).
(Fonte: arquivo do autor)

Foi ainda implementado um sistema que utiliza recursos energéticos eficientes, como a instalação de luzes LED e de painéis fotovoltaicos com autonomia, garantindo a iluminação total do monumento e da área circundante durante a noite. A utilização dos recursos hídricos e solar torna este projeto totalmente autossuficiente do ponto de vista energético.

Os painéis informativos que se encontram espalhados pelo complexo monumental e que educam sobre a história, os elementos naturais e arquitetónicos, bem como sobre as práticas culturais e costumes tradicionais, são também muito importantes para atrair visitantes e para permitir a utilização do espaço também como ponto turístico.



Fig. 11 - Utilização de recursos solares para garantir a iluminação noturna do monumento e dos painéis informativos. (Fonte: arquivo do autor)

(Re)integração na comunidade

Por definição, um ecomuseu é um instrumento concebido, moldado e operado de forma conjunta por uma autoridade pública e pela população local. O envolvimento da autoridade pública faz-se através da cedência de profissionais, de instalações e/ou de recursos que disponibiliza; o envolvimento da população depende das suas aspirações, dos seus conhecimentos e da abordagem individual de cada um (Riviere, 1985: 182).

Em linha com esta definição, o objetivo deste projeto arquitetónico não foi apenas a recuperação de um edifício e a prevenção da sua deterioração, nem tampouco o desenvolvimento turístico da zona; numa perspetiva mais abrangente, tratou-se sim de uma forma de orientar a população até ao local da antiga igreja, com vista a dinamizar a aldeia. Por essa razão, o projeto foi concebido como um modo de conectar o património à comunidade através de atividades estratégicas, nomeadamente culturais e/ou sociais, e que eventualmente também possam estar associadas a uma diversificação económica através da recuperação do artesanato tradicional e do desenvolvimento de novas atividades com ele relacionadas.

Para que esta proposta tenha as repercussões e os benefícios esperados, é fundamental que os nativos participem nestas atividades, de forma a melhorar o turismo sustentável e a prevenir a apropriação cultural e a perda de autenticidade, contribuindo ao mesmo tempo para a compreensão dos costumes locais e tradicionais. Desse modo, as iniciativas previstas no projeto incluíam visitas guiadas com cidadãos seniores que permitissem a partilha de conhecimentos entre ambas as partes, mas também workshops onde se recriariam atividades tradicionais, nomeadamente a recriação do ciclo do chicharo e do linho, a matança do porco, a descamisada, a confeção do pão, a apanha da azeitona, a moagem de cereais, a cestaria, entre outros.

Mais que resultados a curto/médio prazo, o projeto de reabilitação de um edifício que se impôs como o centro da aldeia durante vários séculos, pode também revelar-se de extrema importância para que as gerações mais jovens consigam desenvolver um sentimento de pertença à comunidade. Acreditamos que a requalificação deste monumento, por si só, não bastará para reverter a desertificação desta aldeia e de outros territórios do interior que nas últimas décadas têm vindo a perder população jovem; no entanto, a longo prazo e se incluída num plano estratégico mais vasto, a dinamização de atividades culturais e económicas que possam advir deste novo foco cultural pode levar os mais jovens «filhos da terra» a redescobrirem as suas origens, ligando-se à terra dos seus antepassados e honrando a sua memória coletiva. Entende-se assim a importância da educação cultural não-formal dirigida às crianças e às camadas mais jovens, como uma forma de perpetuar nas gerações vindouras o conhecimento sobre o património e a identidade cultural de uma região.

Este é um esforço que tem vindo a ser realizado pela autarquia em parceria com o Museu Municipal há vários anos, como exemplifica um artigo de jornal de 2015 (Fig. 12).

» Museu Municipal de Alvaiázere
Projeto "A mão do homem" sensibilizou crianças para a educação patrimonial

O projeto "A mão do homem", coordenado pelos serviços do Museu Municipal de Alvaiázere, teve a sua última atividade na semana em que se iniciaram as comemorações do Dia Internacional dos Museus 2015 (18 de maio).

Desta forma, alunos, professores e auxiliares do Jardim-de-Infância e EBI da freguesia de Almoester (com o apoio do Museu e da Junta de Freguesia) após uma contextualização histórica e uma

intervenção acerca da sensibilização para a conservação patrimonial, deitaram mãos à obra e fizeram uma limpeza do espaço envolvente ao que resta da antiga Igreja da freguesia.

Outrora um dos principais símbolos religiosos do território, este gesto simbolizou a esperança e a fé de todos os que acreditam que são estas ações que ajudam a perpetuar o património e a identidade cultural da região. ■



Fig. 12 - Reportagem em jornal local sobre uma ação de sensibilização nas ruínas da Igreja Velha, direcionada às crianças em idade escolar.

(Fonte: Jornal «O Alvaiazerense», de 31 de maio de 2015: 8)

Nessa altura, e apesar de a igreja ainda não ter sofrido as obras de reabilitação, houve sempre uma constante preocupação da Junta de Freguesia para que aquele espaço não caísse no esquecimento e, portanto, ao longo do tempo foram ali realizadas inúmeras atividades dirigidas aos mais novos, de modo a que estes percebessem desde cedo a importância histórica do edifício.

Para este fim podem contribuir também em larga escala as instituições de cariz comunitário ou associativo, como são exemplo as bandas filarmónicas, os grupos de canto coral, ou mesmo as residências seniores, que podem contribuir para dinamizar as ruínas através de atuações esporádicas ou celebrações em dias festivos. Para isso, foram idealizados vários protocolos com entidades locais como um incentivo à utilização do espaço renovado.

O turismo como ativo económico

O envolvimento turístico é também determinante tanto para o incremento económico da região, como para a rentabilidade do projeto. Entende-se, em teoria, que a melhor solução para a gestão do património cultural é garantir subsídios para a sua conservação através das receitas de fruição. De facto, o turismo é a forma mais evidente de utilizar o património para fins de desenvolvimento local. No entanto, é de notar que nem todo o património imóvel é passível de gerar capital através do turismo, como é o caso de estátuas, de grutas inacessíveis ao público, de locais arqueológicos não visitáveis ou de outros monumentos com configurações idênticas. A solução ideal nestes casos é conjugar o novo espaço com atividades culturais dirigidas ao público através de

iniciativas como visitas guiadas ou espetáculos de vários tipos, que respeitem a natureza do imóvel e ao mesmo tempo o promovam e beneficiem (Gomes, 2011: 96).

A «Igreja Velha» de Almoester enquadra-se nesta categoria, e não fornece um retorno de capital à autarquia. Até ao momento, apenas ocorreram neste espaço visitas gratuitas para o utilizador. No entanto, e na nossa opinião, a importância histórica do edifício e a proximidade a outros monumentos/locais com semelhanças temporais ou contextuais conferem à «Igreja Velha» potencial para ser integrada em redes temáticas que possam trazer um maior número de visitantes. Através da inserção deste monumento em redes temático-turísticas, novos visitantes que não tenham um interesse especial por este imóvel, mas que se interessam pelo tema que aí pode ser explorado poderão ser atraídos ao local. Tendo isto em conta, o projeto de candidatura original propôs a criação de uma rede de locais temáticos por todo o concelho Alvaiázere, onde os turistas pudessem ser acompanhados e conduzidos a este e outros locais, em visitas pagas, de forma a explorar as dinâmicas sociais do meio rural. A integração do complexo monumental numa rede deste género traria uma nova perspetiva de análise sobre este edifício restaurado, mas também aumentaria a atenção mediática pela sua forte componente inovadora.

É também necessário ter em consideração as mudanças verificadas no turismo nas últimas décadas: a procura turística deixou de ser puramente cultural e urbana, e passou a ser mais proactiva e direccionada para outras formas de lazer, como é o caso do turismo rural, do agroturismo ou do turismo criativo. Os turistas já não se contentam em visitar passivamente os espaços culturais, mas procuram vivenciá-los ativamente. Os novos visitantes «want to become part of the destination's everyday dynamics and ask for active participation and greater involvement with the local community» (Remoaldo et al., 2020: 2).

O desenvolvimento destas novas formas de turismo - baseadas no saber-fazer tradicional, nos comportamentos sociais nativos e nas tradições culturais locais - e o eventual estabelecimento em Almoester de redes turísticas e de lazer semelhantes, potenciariam uma situação mutuamente benéfica entre a comunidade e o visitante. Isto é, como resultado das obras de requalificação, o antigo edifício religioso adquiriu potencial para receber mais do que visitas guiadas e exposições tradicionais; poderá também fazer parte do intercâmbio cultural entre habitantes e visitantes, promovendo uma forma dinâmica de experienciar o turismo e evitando também a desertificação das zonas rurais, uma vez que a «indústria do lazer» contribui também para o desenvolvimento indireto de outras atividades parceiras, como restaurantes, alojamento, artesanato tradicional, vida noturna, etc.

Concordamos que a reabilitação da «Igreja Velha» poderá tornar-se um fator *push* para o turismo nesta área rural (sobre os fatores *push-pull* do turismo (Uysal et al., 2008). Assim, deve ser apoiada e incentivada uma forma de turismo que respeite o enquadramento histórico do local e o estilo de vida dos habitantes e, ao mesmo tempo, dinamize o comércio local. Dependendo do tipo e variedade de atividades oferecidas, o turismo pode mesmo tornar-se o motor económico de uma região, melhorando a dinâmica de crescimento, aumentando o volume de negócios e criando empregos relacionados com esta atividade económica.

Observações finais

Em termos arquitetónicos, consideramos que o exemplo da «Igreja Velha» é um caso de sucesso que visou a recuperação do edifício tendo em conta a história do imóvel, as tradições da comunidade, mas também o estudo e investigação do monumento a longo prazo. A reabilitação sobrepôs-se à função tradicional do edifício, mas preservou a sua configuração espacial original, que se manteve quase inalterada.

Avaliando o estado de alguns edifícios históricos do território português, julgamos que a intervenção realizada nesta «igreja» merece ser enaltecida. A maior parte dos edifícios e/ou monumentos que se encontram num estado de deterioração tão avançado como estava esta «igreja», não têm oportunidade de sofrer remodelações: por vezes porque não há interesse por parte dos proprietários ou autarquias, mas as mais das vezes porque não há financiamento ou capital disponível. Além disso, ao longo dos anos, especialmente nas zonas rurais, os edifícios históricos têm sido frequentemente demolidos em vez de renovados, na medida em que se considera amiúde que os custos de manutenção dos edifícios mais antigos são mais elevados. Nem sempre é assim. Até porque numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, os edifícios históricos poderão ser geradores de rendimento e contribuir para a diferenciação económica da comunidade, como discutimos anteriormente.

Apesar do sucesso da intervenção arquitetónica no monumento, acreditamos que este edifício tem um potencial que ainda não foi totalmente explorado. Como vimos, têm sido realizadas algumas iniciativas culturais no sentido de atrair habitantes para a antiga ruína, no entanto consideramos que ainda há muito que pode ser feito para atrair turistas e visitantes externos ao monumento. Assim, na nossa perspetiva, faz sentido apostar na criação de um percurso patrimonial devidamente sinalizado ou mesmo de uma rede de locais temáticos (como já referido), que vise a promoção da freguesia de Almoester e do próprio concelho. Esta proposta deverá basear-se num projeto integrado de coesão económica e social que inclua diversas esferas: investigação (sobre o património material e imaterial), exposições dinâmicas sobre temas etnográficos (incluindo recreações agrícolas, provas de vinhos, exposições de produtos endógenos, atuações de ranchos folclóricos e/ou cantos-corais), visitas acompanhadas ao património religioso (igrejas, capelas, ermidas e cemitérios), expedições ao património natural (para descobrir a fauna e a flora da região) e outras formas de entretenimento relacionadas com o artesanato tradicional ou ocupações regionais de longa duração. Para além de impulsionar o desenvolvimento económico, a implementação desta proposta pretende contribuir para o autoconhecimento e a autoconfiança da população, através da valorização do seu património cultural.

Perante isto, parece-nos apropriado discutir aquele que, na nossa opinião, pode ser o rumo a seguir. A região de Alvaiázere é rica em recursos naturais, históricos, arqueológicos e gastronómicos que podem tornar esta zona num destino turístico dinâmico e num local popular entre os visitantes. No entanto, é necessário criar condições para a o estabelecimento de novas empresas no segmento turístico ou de novos conceitos de exploração do território que reúnam os pontos de interesse

principais e secundários em programas dinâmicos e diversificados, adequados a todos os tipos de turismo.

Muitos municípios, especialmente nas regiões rurais, debatem-se entre a preservação do passado, honrando os seus antepassados e a adoção de medidas necessárias que almejem o futuro. A reabilitação da «Igreja Velha» de Almoster e todos os métodos e abordagens turísticas discutidas neste artigo demonstram que, após a elaboração de um plano turístico bem definido é possível criar um meio-termo entre estes dois âmbitos: por um lado conferir vitalidade à experiência patrimonial e, por outro lado, evitar a perda de identidade de um território.

Bibliografia

COUTINHO, J. P. (2019). Religiosidade em Portugal: Caracterização, comparação e evolução. *Religião & Sociedade*, 39 (3): 58-81.

GALÁN, I.; SCHOONJANS, Y. (2021). (Re) inhabit the Ruin: Adaptive Reuse of Vernacular Heritage and Cultural Landscapes as Reactivation Strategy for depopulated Territories by local Communities. The Case of Susín in Sobrepuerto, at Spanish Pyrenees. LDE Heritage Conference on Heritage and the Sustainable Development Goals Proceedings (pp. 22-35). TU Delft Open, Delft.

GOMES, C. A. (2011). O Preço da Memória: a sustentabilidade do Património Cultural Edificado. *Journal of Business and Legal Sciences / Revista De Ciências Empresariais e Jurídicas*, 20: 1-21.

INE (2022). Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos. (Acesso em 23/09/2024) <https://www.ine.pt/xurl/pub/65586079>

JUNTA DE FREGUESIA DE ALMOSTER (2017). Centro Interpretativo de Almoster. Plano de Intervenção Medida 10 LEADER. Operação 10.2.1.6—Renovação de aldeias. Arquivo da JFA.

LOUREIRO, F. (1992). O azulejo hispano-mourisco em Portugal. In, *No tempo das feitorias: A arte portuguesa na época dos descobrimentos* (Vol. 1) (pp. 328-331). Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.

LUZ, P. S. (2022). Almoster. O «milagre» da recuperação da Igreja perdida. In, *Diário de Notícias*, 27 de abril de 2022. (Acesso em 12/05/2023) <https://www.dn.pt/local/almoster-o-milagre-da-recuperacao-da-igreja-perdida--14800834.html>

MURZYN-KUPISZ, M. (2012). Cultural, economic and social sustainability of heritage tourism: Issues and challenges. *Economic and Environmental Studies*, 12(2): 113-133.

PINTOSSI, N.; IKIZ KAYA, D. e PEREIRA RODERS, A. R. (2023). Cultural heritage adaptive reuse in Salerno: Challenges and solutions. *City, Culture and Society*, 33: 1-13.

PORTELA, M. (2017). A Capela de S. Salvador do Mundo de Almoester entre os séculos XIII a XVI. Apontamentos para a sua história. *Cadernos de Estudos Leirienses*, Vol. 13: 95-117.

RAMOS, R.; SOUSA, B. V. e MONTEIRO, N. G. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. 1030p.

REMOALDO, P.; SERRA, J.; MARUJO, N.; ALVES, J.; GONÇALVES, A.; CABEÇA, S. e DUXBURY, N. (2020). Profiling the participants in creative tourism activities: Case studies from small and medium sized cities and rural areas from Continental Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 36: 1-12.

RIVIERE, G. H. (1985). The Ecomuseum: An evolutive definition. *Museum International*, 37 (4): 182-184.

RODRIGUES, M. R. S. (s. d.). *Viagens pela história de Alvaiázere*. Câmara Municipal de Alvaiázere. 446p.

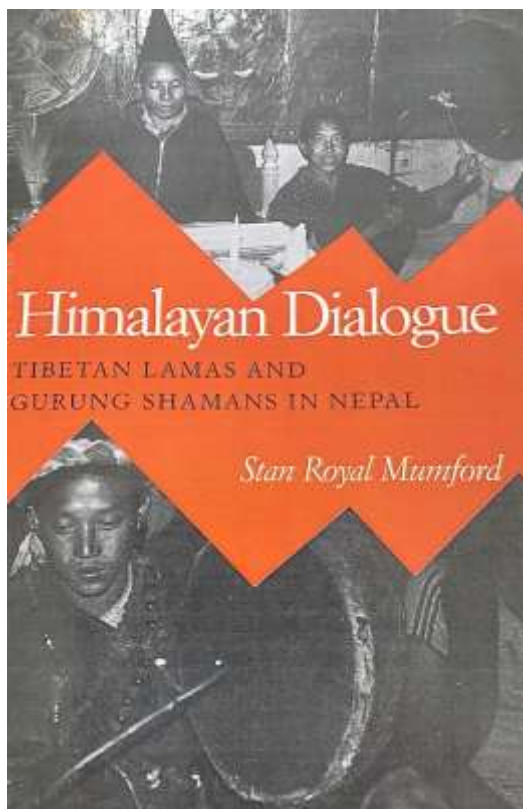
UYSAL, M.; LI, X. e SIRAKAYA-TURK, E. (2008). Push-pull dynamics in travel decisions. In, *Handbook Of Hospitality Marketing Management* (pp. 412-439). Routledge, London.

RECENSÃO

HIMALAYAN DIALOGUE: TIBETAN LAMAS AND GURUNG SHAMANS IN NEPAL

Rufus Malim

Geosciences Centre
University of Coimbra
rmalim01@gmail.com



Stan Royal Mumford
1989
Wisconsin: University of Wisconsin Press
ISBN: 0-299-11980-7

The book 'Himalayan Dialogue' researched and written by Stan Royal Mumford is an exemplary piece of research. Mumford fully utilizes and presents in rich comprehensive detail the ethnographic research he undertook in the Gyasumdo region of Nepal in the 1980s. The focus of the book covers the continuously developing dialogue between the Tibetan Lamas and the Gurung Shamans. Using Bakhtin's works, in particular 'The Dialogic Imagination', Mumford contextualizes the research and brings into focus the changing identity, internalized cultural conflicts, and unbounded ritual process of the people of Gyasumdo. His work clearly demonstrates different cultural layers in their cultural matrix and an ongoing process of cultural transformation.

The book is split into three parts and eleven chapters. Part one introduces the research area, and its two chapters introduce the key themes of the research. Chapter one presents the methodological framework which predominantly takes the form of Bakhtin's dialogical approach. This was aptly chosen as it demonstrates the fluid and developing aspects of a culture as the cultural landscape in Gyasumdo was in a state of transformation. Chapter two contextualizes the different narratives between the Tibetan Lamas and the Gurung Shamans and how they come to influence each other. Part two looks at the rituals of life and Part three looks at the rituals of death. Each chapter in Parts two and three focus on a specific piece of ethnographic research, often a rite, ritual, or event. Mumford investigates both the Tibetan Buddhist and Shamanic rites for the same or equivalent event or phenomenon and uses Bakhtin's methodology as a framework to analyse the ongoing cultural transmutation occurring through dialogue between them. He often draws attention to the different cultural layers, potential origins of certain practices, and the history of Buddhism and its relation to earlier belief systems such as shamanism.

It is a clear and concise book, possessing a succinct structure, a fully articulated bibliography, and a comprehensive index. It also contains an appendix detailing two key pieces of ethnographic information which are relevant to the text. It makes sparing use of images and whilst more would be preferable this does not negatively affect the text. Since it has now been more than thirty years since this work was published it is hard to say whether it accurately reflects the current contemporary situation in Gyasumdo, however its methodology reflected the ongoing processes of transmutation and in many ways has anticipated changes to occur. In the context of its time, it remains a core text for any anthropologist or historian studying the culture or themes inherent in the region of Gyasumdo. This is a book that is an exceptionally important case study for understanding cultural developments in both contemporary and historic settings. Processes of cultural transmutation and transformation are ongoing across the world where dialogues between different cultures and beliefs are accelerating. Mumford's work is an exceptionally valuable piece of ethnographic and anthropological research utilizing a highly effective methodology that perfectly demonstrates such ongoing processes of cultural transmutation and transformation.

The author of this review was able to get a copy of the book online from Ebay.

Original reference:

Mumford, S R. (1989). *Himalayan Dialogue: Tibeatan Lamas and Gurung Shamans in Nepal*. The University of Wisconsin Press: Wisconsin. 286p.

Note:

Stan Mumford (1936 - 1993) was associate professor and chair of the Department of Anthropology and Sociology at the Albertson College of Idaho, USA.

